

Arquivo Superior  
-5-

-1939

Organização da Faculdade Nacional de Filosofia - decreto-lei n. 1190 de

4/4/939

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS.

Secção de Documentação e Intercambio

Decreto - Lei nº I.190 - de 4 de abril de 1939

DA ORGANIZAÇÃO À FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA



INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS  
Caixa Postal, 1669.  
Rio de Janeiro - BRASIL.

DECRETO-LEI nº 1.190 - de 4 de abril de 1939

Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

#### CAPÍTULO I

Das finalidades da Faculdade Nacional de Filosofia

Art. 1º - A Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras, instituída pela Lei n. 452, de 5 de julho de 1937, passa a denominar-se Faculdade Nacional de Filosofia. Serão as seguintes as suas finalidades:

- a) preparar trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades culturais de ordem desinteressada ou técnica;
- b) preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal;
- c) realizar pesquisas nos vários domínios da cultura, que constituam objeto de seu ensino.

#### CAPÍTULO II

Da constituição da Faculdade Nacional de Filosofia

Art. 2º - A Faculdade Nacional de Filosofia compreenderá quatro secções fundamentais, a saber:

- a) secção de filosofia;
- b) secção de ciências;
- c) secção de letras;
- d) secção de pedagogia.

Parágrafo único. Haverá, ainda, uma secção especial de didática.

Art. 3º - A Faculdade Nacional de Filosofia ministrará:

- a) cursos ordinários;
- b) cursos extraordinários.

§ 1º - Os cursos ordinários serão os constituídos por um conjunto harmônico de disciplinas, cujo estudo seja necessário à obtenção de um diploma.

§ 2º - Os cursos extraordinários serão de duas modalidades, a saber:

a) cursos de aperfeiçoamento, destinados à intensificação do estudo de uma parte ou da totalidade de uma ou mais disciplinas dos cursos ordinários;

b) cursos avulsos, destinados a ministrar o ensino de uma ou mais disciplinas não incluídas nos cursos ordinários.

Art. 4º - A secção de filosofia constituir-se-á de um curso ordinário: curso de filosofia.

Art. 5º - A secção de ciências compreenderá seis cursos ordinários:

- a) curso de matemática;
- b) curso de física;
- c) curso de química;
- d) curso de história natural;
- e) curso de geografia e história;
- f) curso de ciências sociais.

Art. 6º - A secção de letras compreenderá três cursos ordinários:

- a) curso de letras clássicas;
- b) curso de letras neo-latinas;
- c) curso de letras anglo-germânicas.

Art. 7º - A secção de pedagogia constituir-se-á de um curso ordinário: curso de pedagogia.

Art. 8º - A secção especial de didática constituir-se-á de um só curso ordinário denominado curso de didática.



CAPITULO III  
Da organização dos cursos ordinários  
Secção I  
Do curso de filosofia

Art. 9º - O curso de filosofia será de três anos e terá a seguinte seriação de disciplinas:

Primeira série

1. Introdução à filosofia.
2. Psicologia.
3. Lógica.
4. História da filosofia.

Segunda série

1. Psicologia.
2. Sociologia.
3. História da filosofia.

Terceira série

1. Psicologia.
2. Ética.
3. Estética.
4. Filosofia geral.

Secção II

Do curso de matemática

Art. 10º - O curso de matemática será de três anos e terá a seguinte seriação de disciplinas:

Primeira série

1. Análise matemática.
2. Geometria analítica e projetiva.
3. Física geral e experimental.

Segunda série

1. Análise matemática.
2. Geometria descritiva e complementos de geometria.
3. Mecânica racional.
4. Física geral e experimental.

Terceira série

1. Análise superior.
2. Geometria superior.
3. Física matemática.
4. Mecânica celeste.

Secção III

Do curso de física

Art. 11º - O curso de física será de três anos e terá a seguinte seriação de disciplinas:

Primeira série

1. Análise matemática.
2. Geometria analítica e projetiva.
3. Física geral e experimental.

Segunda série

1. Análise matemática.
2. Geometria descritiva e complementos de geometria.
3. Mecânica racional.
4. Física geral e experimental.

Terceira série

1. Análise superior.
2. Física superior.
3. Física matemática.
4. Física teórica.

Secção IV

Do curso de química

Art. 12º - O curso de química será de três anos e terá a seguinte seriação de disciplinas:

Primeira série

1. Complementos de matemática.
2. Física geral e experimental.
3. Química geral e inorgânica.
4. Química analítica qualitativa.



## Segunda série

1. Físico-química.
2. Química orgânica.
3. Química analítica quantitativa.

## Terceira série

1. Química superior.
2. Química biológica.
3. Mineralogia.

## Secção V

## Do curso de história natural

Art. 13º - O curso de história natural será de três anos e terá a seguinte seriação de disciplinas:

## Primeira série

1. Biologia geral.
2. Zoologia.
3. Botânica.
4. Mineralogia.

## Segunda série

1. Biologia geral.
2. Zoologia.
3. Botânica.
4. Petrografia.

## Terceira série

1. Zoologia.
2. Botânica.
3. Geologia.
4. Paleontologia.

## Secção VI

## Do curso de geografia e história

Art. 14º - O curso de geografia e história será de três anos e terá a seguinte seriação de disciplinas:

## Primeira série

1. Geografia física.
2. Geografia humana.
3. Antropologia.
4. História da antiguidade e da idade média.

## Segunda série

1. Geografia física.
2. Geografia humana.
3. História moderna.
4. História do Brasil.
5. Etnografia.

## Terceira série

1. Geografia do Brasil.
2. História contemporânea.
3. História do Brasil.
4. História da América.
5. Etnografia do Brasil.

## Secção VII

## Do curso de ciências sociais

Art. 15º - O curso de ciências sociais será de três anos e terá a seguinte seriação de disciplinas:

## Primeira série

1. Complementos de matemática.
2. Sociologia.
3. Economia política.
4. História da filosofia.

## Segunda série

1. Estatística geral.
2. Sociologia.
3. Economia política.
4. Ética.

## Terceira série

1. Sociologia.
2. História das doutrinas econômicas.
3. Política.
4. Antropologia e etnografia.
5. Estatística aplicada.

### Secção VIII

#### Do curso de letras clássicas

Art. 16º - O curso de letras clássicas será de três anos e terá a seguinte seriação de disciplinas:

##### Primeira série

1. Língua latina.
2. Língua grega.
3. Língua portuguesa.
4. Literatura portuguesa.
5. Literatura brasileira.

##### Segunda série

1. Língua latina.
2. Língua grega.
3. Língua portuguesa.
4. Literatura grega.
5. Literatura latina.

##### Terceira série

1. Língua latina.
2. Língua grega.
3. Língua portuguesa.
4. Literatura grega.
5. Literatura latina.
6. Filologia românica.

### Secção IX

#### Do curso de letras neolatinas

Art. 17º - O curso de letras neolatinas será de três anos e terá a seguinte seriação de disciplinas:

##### Primeira série

1. Língua latina.
2. Língua e literatura francesa.
3. Língua e literatura italiana.
4. Língua espanhola e literatura espanhola e hispano-americana.

##### Segunda série

1. Língua latina.
2. Língua portuguesa.
3. Língua e literatura francesa.
4. Língua e literatura italiana.
5. Língua espanhola e literatura espanhola e hispano-americana.

##### Terceira série

1. Filologia românica.
2. Língua portuguesa.
3. Literatura portuguesa e brasileira.
4. Língua e literatura francesa.
5. Língua e literatura italiana.
6. Língua espanhola e literatura espanhola e hispano-americana.

### Secção X

#### Do curso de letras anglo-germânicas

Art. 18º - O curso de letras anglo-germânicas será de três anos e terá a seguinte seriação de disciplinas:

##### Primeira série

1. Língua latina.
2. Língua inglesa e literatura inglesa e anglo-americana.
3. Língua e literatura alemã.

##### Segunda série

1. Língua latina.
2. Língua portuguesa.
3. Língua inglesa e literatura inglesa e anglo-americana.
4. Língua e literatura alemã.

##### Terceira série

1. Língua portuguesa.
2. Língua inglesa e literatura anglo-americana.
3. Língua e literatura alemã.

### Secção XI

#### Do curso de pedagogia

Art. 19º - O curso de pedagogia será de três anos e terá a seguinte seriação de disciplinas:

##### Primeira série

1. Complementos de matemática.
2. História da filosofia.



3. Sociologia.
4. Fundamentos biológicos da educação.
5. Psicologia educacional.

## Segunda série

1. Estatística educacional.
2. História da educação.
3. Fundamentos sociológicos da educação.
4. Psicologia educacional.
5. Administração escolar.

## Terceira série

1. História da educação.
2. Psicologia educacional.
3. Administração escolar.
4. Educação comparada.
5. Filosofia da educação.

## Secção XII

## Do curso de didática

Art. 20º - O curso de didática será de um ano e constituir-se-á das seguintes disciplinas:

1. Didática geral.
2. Didática especial.
3. Psicologia educacional.
4. Administração escolar.
5. Fundamentos biológicos da educação.
6. Fundamentos sociológicos da educação.

## CAPÍTULO IV

## Da organização dos cursos extraordinários

Art. 21. A Faculdade Nacional de Filosofia organizará cursos de aperfeiçoamento e avulsos, na medida de suas possibilidades técnicas e dos recursos financeiros a ela atribuídos.

## CAPÍTULO V

## Das cadeiras e do pessoal docente e administrativo

Art. 22. As disciplinas ensinadas nos cursos ordinários da Faculdade Nacional de Filosofia constituirão matéria das seguintes cadeiras:

- I. Filosofia.
- II. História da filosofia.
- III. Psicologia.
- IV. Sociologia.
- V. Política.
- VI. Estatística geral e aplicada.
- VII. Complementos de matemática.
- VIII. Análise matemática e análise superior.
- IX. Geometria.
- X. Mecânica racional, mecânica celeste e física matemática.
- XI. Física geral e experimental.
- XII. Física teórica e física superior.
- XIII. Química geral e inorgânica e química analítica.
- XIV. Química orgânica e química biológica.
- XV. Física-química e química superior.
- XVI. Biologia geral.
- XVII. Zoologia.
- XVIII. Botânica.
- XIX. Geologia e paleontologia.
- XX. Mineralogia e petrografia.
- XXI. Geografia física.
- XXII. Geografia humana.
- XXIII. Geografia do Brasil.
- XXIV. História da antiguidade e da idade média.
- XXV. História moderna e contemporânea.
- XXVI. História da América.
- XXVII. História do Brasil.
- XXVIII. Antropologia e etnografia.
- XXIX. Economia política e história das doutrinas econômicas.
- XXX. Língua e literatura latina.
- XXXI. Língua e literatura grega.
- XXXII. Língua portuguesa.
- XXXIII. Literatura portuguesa.



- XXXIV. Literatura brasileira.
- XXXV. Filologia românica.
- XXXVI. Língua e literatura francesa.
- XXXVII. Língua e literatura italiana.
- XXXVIII. Língua espanhola e literatura espanhola e hispano-americana.
- XXXIX. Língua inglesa e literatura inglesa e anglo-americana.
- XL. Língua e literatura alemã.
- XLI. Psicologia educacional.
- XLII. Estatística educacional.
- XLIII. Administração escolar e educação comparada.
- XLIV. História e filosofia da educação.
- XLV. Didática geral e especial.

Art. 23. Cada cadeira, de que trata o artigo anterior, ficará a cargo de um professor catedrático, que poderá dispor, conforme as necessidades do ensino, de um ou mais assistentes.

Art. 24. Ficam criados, no Quadro I do Ministério da Educação, quarenta e cinco cargos de professores catedráticos, do padrão L.

Art. 25. Os cargos de que trata o artigo anterior serão providos por concurso de títulos e provas.

Parágrafo único. Para o efeito do provimento, funcionará, enquanto a congregação da Faculdade Nacional de Filosofia não dispuser de dois terços de professores catedráticos, a congregação de outros estabelecimentos federais de ensino, escolhida, em cada caso, pelo Ministro da Educação.

Art. 26. Não estando uma cadeira efetivamente provida, por concurso de títulos e provas, far-se-á interinamente o seu provimento ou admitir-se-á pessoa contratada para o exercício da função a ela correspondente.

Art. 27. Os assistentes serão admitidos, no caráter de extranumerários, por indicação do professor catedrático, e serão sempre de sua confiança.

Art. 28. A lotação do pessoal administrativo da Faculdade Nacional de Filosofia será fixada no seu regimento.

§ 1º - O diretor será designado pelo Presidente da República, dentre os professores catedráticos do estabelecimento, e terá a gratificação de função de 9:600\$000 anuais.

§ 2º - O secretário será designado pelo Presidente da República, dentre funcionários efetivos do Ministério da Educação, e terá a gratificação de função de 6:000\$000 anuais.

## CAPÍTULO VI

### Do regime escolar

Art. 29. Os alunos da Faculdade Nacional de Filosofia poderão ser de duas categorias:

- a) alunos regulares;
- b) alunos ouvintes.

Parágrafo único. Alunos regulares serão os que se matricularem nos cursos ordinários, mediante exames vestibulares, com a obrigação de frequência e exames, e com direito a receber um diploma, ou os que se matricularem nos cursos extraordinários, independentemente de exames vestibulares, mas com a obrigação de frequência e exames, e com direito a receber um certificado. Alunos ouvintes serão os que se matricularem, independentemente de exames vestibulares, para receberem o ensino ministrado nos cursos ordinários ou nos cursos extraordinários avulsos, sem obrigação de frequência e sem direito a prestar exames ou a receber diplomas ou certificados.

Art. 30. A matrícula em cada curso ordinário ou extraordinário será sempre limitada à capacidade das instalações do estabelecimento, não podendo exceder de quarenta o número de alunos regulares de cada série de curso ordinário.

Art. 31. O candidato à matrícula como aluno regular, na primeira série de qualquer dos cursos ordinários, deverá:

- a) apresentar certificado de conclusão do curso secundário fundamental, até o ano letivo de 1940, inclusive, e, daí por diante, certificado de conclusão do curso secundário fundamental e complementar;
- b) apresentar prova de identidade;
- c) apresentar prova de sanidade;
- d) prestar exames vestibulares.

Parágrafo único. A exigência da alínea a deste artigo poderá ser suprida com a apresentação de diploma de qualquer curso superior reconhecido.



Art. 32. Sem prejuízo dos candidatos à matrícula em toda a série de um curso ordinário, e uma vez que o permitam os horários, será lícito a qualquer candidato, que satisfaça as exigências do artigo anterior, matricular-se apenas para frequência e exames de certas e de terminadas disciplinas.

Art. 33. Dos candidatos à matrícula nos cursos de aperfeiçoamento exigir-se-á a apresentação do diploma de bacharel no curso ordinário com eles relacionado.

Art. 34. Os candidatos à matrícula nos cursos avulsos deverão satisfazer as exigências constantes das alíneas a, b e c do artigo 31 desta lei.

Art. 35. Sem prejuízo dos candidatos à matrícula como alunos regulares, será permitido a qualquer candidato, que satisfaça as exigências das alíneas a, b e c do art. 31 desta lei, a matrícula como aluno ouvinte, para a frequência de uma ou mais disciplinas dos cursos ordinários ou dos cursos extraordinários avulsos.

Art. 36. O ano escolar compreenderá os seguintes períodos:

a) Dois períodos letivos, sendo tanto o primeiro como o segundo de três meses e quinze dias.

b) Dois períodos de exames, sendo o primeiro de quinze dias e o segundo de um mês.

c) Dois períodos de férias, sendo o primeiro de quinze dias e o segundo de três meses.

Parágrafo único. O ano escolar começará no dia 15 de março e será observada a seguinte sucessão de períodos: primeiro período letivo, primeiro período de exames, primeiro período de férias; segundo período letivo, segundo período de exames, segundo período de férias.

Art. 37. Haverá, em cada ano escolar, um período especial de exames, destinado a exames de segunda época e a exames vestibulares.

Parágrafo único. O período especial de exames ocupará o último mês do segundo período de férias.

Art. 38. Para cada disciplina haverá um programa que será elaborado pelo professor catedrático dela encarregado e deverá ter a aprovação do conselho técnico-administrativo.

Art. 39. Quando uma disciplina for ministrada em mais de um curso, com duração ou finalidade diferente, terá programas diferentes.

Art. 40. O ensino será ministrado em aulas teóricas, em aulas práticas e em seminários.

§ 1º - As aulas teóricas visarão a exposição sistemática das disciplinas.

§ 2º - As aulas práticas, que se realizarão em laboratórios, gabinetes ou museus, visarão a aplicação dos conhecimentos desenvolvidos nas aulas teóricas.

§ 3º - Os seminários serão reuniões periódicas do docente com um grupo de alunos, para a realização de colóquios sobre um tema relacionado com as disciplinas ensinadas.

Art. 41. As aulas deverão ser dadas, rigorosamente, de acordo com o horário, pelo professor catedrático ou por quem o substituir, de modo que o programa de cada disciplina seja sempre ministrado na sua totalidade.

Art. 42. Os assistentes serão obrigados a comparecer às aulas teóricas e práticas, bem como aos seminários, auxiliando devidamente o professor catedrático.

Parágrafo único. O professor catedrático, ouvido o diretor, poderá encarregar os assistentes de ministrar parte do programa de cada disciplina, bem como, verificando-se a hipótese do art. 39 desta lei, de ministrar os programas menores, se os houver.

Art. 43. Nenhum docente poderá dar mais de três aulas teóricas no mesmo dia.

Art. 44. Em cada série de qualquer curso ordinário, os alunos serão obrigados no mínimo a doze horas de aulas teóricas e práticas por semana.

Art. 45. A frequência às aulas é obrigatória, não podendo entrar em exames o aluno que faltar a trinta por cento do total das aulas teóricas e das aulas práticas, dadas em cada disciplina.

Art. 46. Quando uma disciplina constar de duas ou mais séries consecutivas, o seu ensino poderá ser ministrado pelo processo rotativo, uma vez que os estudos das séries superiores independam das da série inferior.

Art. 47. As disciplinas comuns a mais de um curso, e com idêntico programa, poderão ser ministradas em comum.

## CAPITULO VII

## Dos diplomas e certificados

Art. 48. Aos alunos que concluírem seriadamente os cursos ordinários, de que tratam os arts. 9 a 19 desta lei, serão conferidos, respectivamente, os seguintes diplomas de bacharel:

- 1) bacharel em filosofia;
- 2) bacharel em matemática;
- 3) bacharel em física;
- 4) bacharel em química;
- 5) bacharel em história natural;
- 6) bacharel em geografia e história;
- 7) bacharel em ciências sociais;
- 8) bacharel em letras clássicas;
- 9) bacharel em letras neolatinas;
- 10) bacharel em letras anglo-germânicas;
- 11) bacharel em pedagogia.

Parágrafo único. Será conferido o diploma de doutor ao bacharel que defender tese original de notável valor, depois de dois anos pelo menos de estudos, sob a orientação do professor catedrático da disciplina sobre que versar o seu trabalho.

Art. 49. Ao bacharel, diplomado nos termos do artigo anterior, que concluir regularmente o curso de didática referido no art. 20 desta lei será conferido o diploma de licenciado no grupo de disciplinas que formarem o seu curso de bacharelado.

Art. 50. Aos alunos que concluírem regularmente os cursos extraordinários, ou que forem aprovados em exames de quaisquer disciplinas cursadas na forma do art. 32 desta lei, será dado o respectivo certificado de aprovação.

Parágrafo único. Os certificados de aprovação em todas as disciplinas componentes de um curso ordinário, embora obtidos em épocas diferentes, darão direito ao respectivo diploma de bacharel. O titular deste diploma, ao recebê-lo, fará a restituição dos certificados obtidos.

## CAPITULO VIII

## Das regalias conferidas pelos diplomas

Art. 51. A partir de 1 de janeiro de 1943 será exigido:

a) para o preenchimento de qualquer cargo ou função do magistério secundário ou normal, em estabelecimento administrado pelos poderes públicos ou por entidades particulares, o diploma de licenciado correspondente ao curso que ministre o ensino da disciplina a ser lecionada;

b) para o preenchimento dos cargos ou funções de assistentes de qualquer cadeira, em estabelecimentos destinados ao ensino superior da filosofia, das ciências, das letras ou da pedagogia, o diploma de licenciado correspondente ao curso que ministre o ensino da disciplina a ser lecionada;

c) para o preenchimento dos cargos de técnicos de educação do Ministério da Educação, o diploma de bacharel em pedagogia.

§ 1º - A aplicação dos preceitos deste artigo se restringe aos diplomas expedidos por estabelecimento federal ou reconhecido.

§ 2º - As exigências constantes deste artigo deixarão de vigorar sempre que ficar demonstrada a inexistência de candidatos legalmente habilitados.

§ 3º - O prazo fixado no presente artigo poderá ser restringido pelos poderes públicos para o efeito da admissão dos docentes dos estabelecimentos de ensino, que administrarem.

§ 4º - Até a data marcada neste artigo, os diplomas de licenciado serão considerados o principal título de preferência para o provimento dos cargos e funções do magistério, com que se relacionarem.

Art. 52. A lei, federal, estadual ou municipal, fixará quais os demais cargos ou funções públicas, cujo preenchimento exija a apresentação dos diplomas de que trata a presente lei.

Parágrafo único. Caberá à lei federal determinar a data a partir da qual será exigido o diploma de licenciado, obtido nos termos da presente lei, para o preenchimento dos lugares de professores catedráticos dos estabelecimentos destinados ao ensino superior da filosofia, das ciências, das letras e da pedagogia.



## CAPITULO IX

## Das publicações

Art. 53. Será publicada, pela Faculdade Nacional de Filosofia, uma revista, que deverá sair pelo menos duas vezes por ano, destinada à divulgação dos resultados de suas realizações no terreno do ensino e da pesquisa.

Art. 54. Além da publicação periódica de que trata o artigo anterior, fara a Faculdade Nacional de Filosofia publicações avulsas com o mesmo objetivo.

## CAPITULO X

## Das taxas

Art. 55. Serão cobradas pela Faculdade Nacional de Filosofia as seguintes taxas:

- a) inscrição em exames vestibulares, 40\$000;
- b) matrícula em cada série de curso ordinário, 50\$000;
- c) frequência em cada série de curso ordinário, 120\$000;
- d) matrícula anual em cada disciplina de curso ordinário, na hipótese do art. 32 desta lei, 50\$000;
- e) frequência anual em cada disciplina de curso ordinário, na hipótese do art. 32 desta lei, 50\$000;
- f) matrícula anual em cada curso extraordinário, 50\$000;
- g) frequência anual em cada curso extraordinário, 50\$000;
- h) matrícula anual para aluno ouvinte, 80\$000.

Parágrafo único. As taxas relativas aos demais atos da vida escolar serão idênticas às exigidas pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil.

## CAPITULO XI

## Disposições gerais e transitórias

Art. 56. Os assuntos de ordem administrativa ou didática não regulados, de modo especial, na presente lei, serão regidos pela legislação federal do ensino superior em geral.

Art. 57. Haverá tantos programas de didática especial quantos são os cursos discriminados nos arts. 9 a 19 desta lei. Os alunos serão obrigados a seguir o programa correspondente ao curso de bacharelado que hajam concluído.

Art. 58. Os bachareis em pedagogia, que se matricularem no curso de didática não serão obrigados a frequência nem aos exames das disciplinas, que hajam estudado no curso de pedagogia.

Art. 59. Os estabelecimentos que mantiverem quaisquer dos cursos definidos nesta lei, com autorização ou reconhecimento do Governo Federal, deverão adaptar-se ao regime ora estabelecido, a partir do ano escolar de 1940.

Parágrafo único. Os alunos dos cursos de que trata este artigo seguirão, a partir da mesma época, o novo regime, não sendo obrigados a disciplinas novas introduzidas em séries por eles já cursadas.

Art. 60. O ano escolar, na Faculdade Nacional de Filosofia, em 1939, iniciar-se-á a 1 de maio, ficando o primeiro período letivo reduzido a dois meses, e aproveitando-se o primeiro período de férias para primeiro período de exames. Os exames vestibulares far-se-ão no mês de abril.

Art. 61. Nos cinco primeiros anos de funcionamento da Faculdade Nacional de Filosofia, poderá o Presidente da República comissionar funcionário público para exercer qualquer dos cargos ou funções instituídas nesta lei.

Parágrafo único. O funcionário comissionado receberá os proventos de seu cargo ou os da comissão, conforme optar.

Art. 62. As despesas decorrentes da execução desta lei, no corrente ano, correrão por conta da dotação constante da sub-consignação 11 da verba 3 do orçamento vigente do Ministério da Educação.

Art. 63. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 64. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de abril de 1939, 118º da Independência e 51º da República.

a) Getulio Vargas.

Gustavo Capanema.



Caixa.  
Superior  
-5-

335-45 (42-1)

1947

Ac. D. P.  
Em 13/11/56  
M

Regimento  
da  
Faculdade Nacional de Filosofia  
da  
Universidade do Brasil



regime da tribo determina a sucessão governamental por hereditariedade. Cabia ao filho do cacique falecido a sucessão. Entretanto sem que se esperasse, surge por parte de um Calapalo protesto justificado, com a declaração de que Izarare não era Calapalo, usurpava o governo indígena num momento de convulsão, em que a tribo se viu, perdendo o seu cacique. Do desentendimento surgido, informam do acampamento da F.B.C. no Campo de Pouso, terem os índios chegado a um acordo político, mediante a instituição de um governo de regência. A ser real a informação que tivemos, a confirma este fato indígena, o que já era sabido, como as nações puramente selvagens prezam a organização das suas instituições político-sociais, que passam despercebidas a observações menos agudas da civilização moderna. A inspeção do Chefe da I.R. 6 projetada para breve ao aldeamento daqueles índios, quando se realizará sua visita ao Campo de Pouso da F.B.C., tomará conhecimento das ocorrências havidas na tribo e da sua situação efetiva para nos transmitir. Aguardemos os detalhes das consequências da morte do indiano Izarare. Tivemos informações minuciosas sobre a ação humanitária dos irmãos Vilas Boas, durante a crise aguda de pneumonia sofrida pelo Calapalo e Culcuro. Reconhecendo eles que só a penicilina seria capaz de combater o mal que assolava os índios resolveram, por sua conta particular mandar à sede da F.B.C. buscar grandes doses daquele prodigioso medicamento, para salvar os índios atacados dos pulmões. Não fora o sentimento humanitário, providencial, dos Encarregados do Campo de Pouso morreriam todos os índios atacados pela fatal moléstia. O cacique Izarare morreu, por imprudência ingênua. Considerando-se curado, mas ainda em convalescença, sem febre, quis satisfazer o maior prazer quotidiano do índio, o seu banho matinal, de que ficou privado, por dias inteiros. Vai ao rio e banha-se. A fatalidade foi inevitável, não se fez esperar com a recaída da moléstia. O que não teria acontecido aquela tribo se a F.B.C. não tivesse chegado à região no momento da calamidade dos implacáveis furacões? Pois sou levado a supor que as constipações determinantes da pneumonia foram causadas pela mudança do tempo, conseqüente das temporais. Quando os Expedicionários chegaram ao Culcuene teriam encontrado os índios já afetados daquele mal-estar bronquial, que deu lugar à pneumonia, pelo irredutível hábito que eles têm de se banharem no rio frequentemente, durante o dia. Cândido do M. S.ª Rondon". — Terminada esta leitura declara o Sr. General Presidente: "Quis dar conhecimento ao Conselho destas ocorrências, que me parecem dignas de registro. — O S.P.I. havia satisfeito o pedido de colaboração da "Fundação Brasil-Central", enviando um seu funcionário, que acompanhou a expedição vanguarda". — A Sra. Heloisa Torres indaga que se esta epidemia que rompeu nas tribos precedeu à chegada dos expedicionários, ao que o Dr. Donatini responde pela negativa, informando "que os índios de início tiveram a gripe adquirida antes do contato dos expedicionários e que, por ignorância natural, pensavam que o banho melhorasse o estado febril em que se encontravam. Al os irmãos Vilas Boas, por intermédio da "Fundação Brasil-Central", conseguiram a penicilina e a aplicaram a 15 índios e estes depois de restabelecidos, tomaram novo banho, que lhes foi fatal. Atendendo à declaração do nosso servidor Nilo Veloso e à carta que ele recebeu dos senhores Vilas Boas, prestamos aos irmãos Vilas Boas, a homenagem que poderíamos prestar: Dentro do Regimento eu os nomeei delegados do S.P.I. na zona do Xingu. Esta foi a homenagem simples, mas expressiva que pudemos prestar a esses devotos servidores do País". E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 18 horas e 15 minutos. De acordo com as notas apanhadas pela taquígrafa D.ª Rosa Ring, foi redigida a presente ata, que vai assinada pelo Sr. General Presidente e pelo Secretário, na conformidade de dispositivos do Regimento em vigor. Rio de Janeiro, 13 de Março de 1947. — General Cândido Mariano da Silva Rondon, Presidente do C.N.Q.I. — Coronel Amílcar Armando Botelho de Magalhães, Secretário do C.N.P.I.

## DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO VEGETAL

### Divisão de Terras e Colonização

#### EXFEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 3 de maio de 1947.

No requerimento em que Joaquim de Lemos, português, solicita a concessão de um lote de terra situado próximo ao Km 29 da Estrada Guaratiba, o Diretor exarou o seguinte despacho: "Não há o que deferir." 3-5-46. — Jair Meireles. — (D. T. C. 949-47).

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

### GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA N.º 60.242, DE 7 DE MAIO DE 1947.

Suspende concessão de gratificação de representação.

O Ministro de Estado da Educação e Saúde resolve suspender, a partir da presente data, as gratificações de função: de Cr\$ 150,00 concedida ao servente Oivaldo de Araújo Barreto pela Portaria ministerial n.º 181, de 23 de fevereiro de 1947 e de Cr\$ 150,00, concedida ao servente Joaquim Gama Santana, pela Portaria ministerial n.º 225, de 19 de abril de 1947.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 1947. — Clemente Mariani.

PORTARIA N.º 60.243, DE 12 DE MAIO DE 1947.

Dispõe sobre intercâmbio jornalístico entre os Estados Unidos da América e o Brasil.

O Ministro de Estado da Educação e Saúde resolve designar o Conde Ernesto Pereira Carneiro, Diretor-Presidente do "Jornal do Brasil", para pro-

mover, nos Estados Unidos da América, sem ônus para os cofres públicos, o acooamento do intercâmbio jornalístico entre as duas nações deste Hemisfério.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 1947. — Clemente Mariani.

PORTARIA N.º 245, DE 12 DE MAIO DE 1947.

Designa representante deste Ministério na Comissão de revisão das taxas de engelo.

O Ministro de Estado da Educação e Saúde, tendo em vista o que consta do processo número 108.416-45, resolve designar o Contador, classe J, do Quadro Suplementar, Thelma Godói, para representar o Ministério da Educação e Saúde na Comissão que irá proceder à revisão das taxas de engelo para o triênio de 1943 a 1945 e os anos de 1946 e 1947, de conformidade com o disposto na cláusula segunda, § 1.º, do Termo Aditivo aprovado pelo Decreto n.º 23.998, de 24 de abril de 1947.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 1947. — Clemente Mariani.

## UNIVERSIDADE DO BRASIL

### Faculdade Nacional de Filosofia

#### REGIMENTO

##### SUMÁRIO

TÍTULO I — Dos fins.

TÍTULO II — Da constituição.

Capítulo I — Cursos e Currículos.

Capítulo II — Departamentos.

TÍTULO III — Dos trabalhos escolares.

Capítulo I — Regime escolar.

Capítulo II — Admissão aos cursos.

Capítulo III — Verificação do rendimento escolar.

Capítulo IV — Doutorado.

TÍTULO IV — Do Pessoal.

SUB-TÍTULO I — DO PESSOAL DOCENTE

Capítulo I — Modalidades do pessoal docente.

Capítulo II — Habilitação à livre-docência.

Capítulo III — Carreira de professorado.

Capítulo IV — Disposições comuns às diferentes provas de habilitação ao magistério.

Capítulo V — Substituições, transferências e disponibilidades.

Capítulo VI — Deveres e direitos do pessoal docente.

Capítulo VII — Regime de tempo integral.

Capítulo VIII — Penalidades.

SUB-TÍTULO II — DO PESSOAL DISCENTE.

Capítulo I — Deveres e direitos.

Capítulo II — Penalidades.

SUB-TÍTULO III — DO PESSOAL ADMINISTRATIVO.

Capítulo I — Deveres e responsabilidades dos servidores.

Capítulo II — Das vantagens e da lotação do pessoal.

TÍTULO V — Da Administração.

SUB-TÍTULO I — DA DIREÇÃO.

Capítulo I — Congregação.

Capítulo II — Diretoria.

Capítulo III — Conselho Departamental.

SUB-TÍTULO II — DA BIBLIOTECA.

Capítulo I — Fins.

Capítulo II — Acervo.

Capítulo III — Catalogação.

Capítulo IV — Consulta.

Capítulo V — Empréstimo.

Capítulo VI — Serviço de Biblioteca e Referência.

Capítulo VII — Atribuições do Bibliotecário.

Capítulo VIII — Bibliotecas Especializadas e Bibliotecas Departamentais.

SUB-TÍTULO III — DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS.

Capítulo I — Organização.

Capítulo II — Competência dos órgãos.

Capítulo III — Horário.

Capítulo IV — Atribuições do pessoal.

Capítulo V — Substituições.

TÍTULO VI — Do Diretório Acadêmico e de outras agremiações de alunos.

TÍTULO VII — Disposições Gerais.

TÍTULO VIII — Disposições Transitórias.

#### TÍTULO I

##### Dos fins

Art. 1.º A Faculdade Nacional de Filosofia, como parte integrante da Universidade do Brasil, tem por objetivo:

I — desempenhar, no conjunto das unidades universitárias, o papel de um centro de investigação e de ensino que procura conciliar o espírito de especialização com a visão universal e humana dos problemas;

II — analisar, caracterizar e desenvolver a cultura brasileira, relacionando-a com a civilização continental e mundial;

III — realizar pesquisas e criações que desenvolvam a cultura filosófica, científica e literária;

IV — formar trabalhadores intelectuais para as atividades das interessadas da cultura;

V — formar trabalhadores intelectuais para o magistério, orientação e administração de escolas e de sistemas escolares;

VI — formar trabalhadores intelectuais para atividades técnicas.

§ 1.º Com espírito de cooperação universitária, a Faculdade se articulará com as demais Faculdades, Escolas, Institutos, que compõem a Universidade do Brasil, e com as outras instituições de ensino superior do país, para dar e receber a colaboração cultural necessária à conservação de seus fins próprios e da Universidade em conjunto.

§ 2.º Com espírito de fraternidade continental e mundial a Faculdade empenhar-se-á no intercâmbio cultural com as demais universidades da América e de todos os países do mundo.

#### TÍTULO II

##### Da Constituição

#### CAPÍTULO I

##### Cursos e Currículos

Art. 2.º Os cursos de formação, em conformidade com a lei federal (Decreto-lei n.º 1.190, de 4 de abril de 1939 e Decreto-lei n.º 9.042, de 26 de março de 1946) e com a autonomia didática assegurada à Universidade pelo art. 24, alínea b do Decreto-lei n.º 8.393, de 17 de dezembro de 1945, têm a duração de quatro anos e consistem das seguintes modalidades:

1. Curso de Filosofia;

2. Curso de Matemática;

3. Curso de Física;

VIDE



4. Curso de química;
  5. Curso de história natural;
  6. Curso de geografia e história;
  7. Curso de ciências sociais;
  8. Curso de letras clássicas;
  9. Curso de letras neo-latinas;
  10. Curso de letras anglo-germânicas;
  11. Curso de pedagogia.
- Art. 3.º O Curso de Filosofia consta da seguinte seriação de disciplinas:

*Primeira série*

1. Introdução à Filosofia;
2. Lógica;
3. Psicologia (geral).

*Segunda série*

1. Filosofia Geral (teoria do conhecimento);
2. Psicologia (especial);
3. História da Filosofia (antiga e medieval);
4. Sociologia.

*Terceira série*

1. Filosofia Geral (metafísica);
2. Psicologia (especial);
3. História da Filosofia (moderna);
4. Estética.

*Quarta série*

1. História da Filosofia (contemporânea);
2. Ética.

*Disciplinas eletivas:*

3. Filosofia da Natureza;
4. Filosofia social.

Art. 4.º O Curso de Matemática consta da seguinte seriação de disciplinas:

*Primeira série*

1. Análise matemática (cálculo infinitesimal);
2. Introdução à Álgebra moderna;
3. Geometria analítica e projetiva
4. Física geral e experimental.

*Segunda série*

1. Análise matemática (teoria das equações diferenciais);
2. Complementos de geometria;
3. Mecânica racional
4. Física geral e experimental.

*Terceira série*

1. Teoria das funções;
2. Análise superior;
3. Geometria superior
4. Física matemática;
5. Mecânica celeste.

*Quarta série**Disciplinas eletivas:*

1. Teoria das funções;
2. Álgebra moderna;
3. Geometria algébrica
4. Topologia.

Art. 5.º O Curso de Física consta da seguinte seriação de disciplinas:

*Primeira série*

1. Análise matemática (cálculo infinitesimal);
2. Introdução à Álgebra moderna;
3. Geometria analítica e projetiva
4. Física geral e experimental.

*Segunda série*

1. Análise matemática (teoria das equações diferenciais);
2. Complementos de geometria (cálculo tensorial e geometria diferencial);
3. Mecânica racional;
4. Física geral e experimental.

*Terceira série*

1. Análise superior;
2. Física superior;
3. Física matemática;
4. Mecânica superior;
5. Física teórica.

*Quarta série*

1. Física aplicada;
- Disciplinas eletivas:*
2. Física superior;
3. Física matemática;
4. Física teórica;
5. Mecânica superior;
6. Filosofia da natureza.

Art. 6.º O Curso de Química consta da seguinte seriação de disciplinas:

*Primeira série*

1. Complementos de matemática;
2. Física geral e experimental;
3. Química inorgânica;
4. Química analítica.

*Segunda série*

1. Física geral e experimental;
2. Química analítica;
3. Fisico-química;
4. Química orgânica.

*Terceira série*

1. Fisico-química;
2. Análise orgânica;
3. Química biológica;
4. Mineralogia.

*Quarta série*

1. Química superior.
- Disciplinas eletivas:*
2. Química preparativa (inorgânica);
3. Química preparativa (orgânica);
4. Complementos de química analítica.
5. Evolução da química.
6. Química demonstrativa.

Art. 7.º O curso de História Natural consta da seguinte seriação de disciplinas:

*Primeira série*

1. Complementos de matemática.
2. Complementos de física.
3. Complementos de química.
4. Botânica (histologia e morfologia vegetais)
5. Zoologia (invertebrados).

*Segunda série*

1. Mineralogia.
2. Biologia geral.
3. Geologia.
4. Botânica (fisiologia).
5. Zoologia (vertebrados).

*Terceira série*

1. Petrografia.
2. Paleontologia.
3. Biologia geral (genética);
4. Botânica (sistemática geral do reino vegetal).
5. Zoologia (vertebrados).

*Quarta série*

1. Elogogeografia.
- Disciplinas eletivas:*
2. Estratigrafia.
3. Geomorfologia.
4. Sedimentologia.
5. Geofísica.
6. Introdução à topografia.
7. Paleobotânica.
8. Paleontologia de Invertebrados.
9. Paleontologia de Vertebrados.
10. Jazidas minerais.
11. Cristalografia.
12. Petrologia.
13. Citologia.
14. Histologia.
15. Organogênese.
16. Genética e evolução.
17. Pesquisas de morfologia vegetal.
18. Pesquisas de fisiologia vegetal.
19. Sistemática de vegetais inferiores.
20. Sistemática de vegetais superiores.
21. Anatomia e Fisiologia animais comparadas.
22. Embriologia comparada.
23. Desenho aplicado.

Art. 8.º O curso de geografia e história consta da seguinte seriação de disciplinas:

*Primeira série*

1. Geografia física.
2. Geografia humana.
3. Antropologia.
4. História da Antiguidade e da Idade Média.

*Segunda série*

1. Geografia física.
2. Geografia humana.
3. História moderna.
4. História do Brasil.
5. Etnografia.

*Terceira série*

1. Geografia do Brasil.
2. História contemporânea.
3. História do Brasil.
4. História da América.
5. Etnografia do Brasil.

Parágrafo único. A quarta série do curso de Geografia e História constará de duas disciplinas eletivas, sendo obrigatoriamente uma de História e outra de Geografia, dentre as constantes nos currículos da Faculdade.

Art. 9.º O curso de Ciências Sociais consta da seguinte seriação de disciplinas:

*Primeira série*

1. Complementos de matemática.
2. Geografia humana.
3. História social.
4. Sociologia.
5. Economia política.

Segunda série

1. Estatística geral.
2. Antropologia.
3. Sociologia.
4. Economia política.
5. História da filosofia.

Terceira série

1. Estatística aplicada.
2. Etnografia.
3. Sociologia.
4. História das doutrinas econômicas.
5. Política.

Quarta série

1. Política.
2. Ética.
- Disciplinas eletivas:
3. Etnografia do Brasil.
4. Metodologia e pesquisas antropológicas.
5. Metodologia e pesquisas sociológicas.
6. Metodologia e pesquisas econômicas.

Art. 10. O curso de Letras Clássicas consta da seguinte seriação de disciplinas:

Primeira série

1. Língua e literatura grega.
2. Língua e literatura latina.
3. Língua portuguesa.
4. Civilização greco-romana.

Segunda série

1. Língua e literatura grega.
2. Língua e literatura latina.
3. Língua portuguesa.
4. Literatura portuguesa.
5. Filologia românica.

Terceira série

1. Língua e literatura grega.
2. Língua e literatura latina.
3. Língua portuguesa.
4. Literatura brasileira.
5. Linguística.

Quarta série

1. Língua e literatura latina.
2. Língua portuguesa.
- Disciplinas eletivas:
3. Língua e literatura grega.
4. Filologia clássica.
5. Literatura portuguesa.
6. Literatura brasileira.

Art. 11. O curso de Letras néo-latinas consta da seguinte seriação de disciplinas:

Primeira série

1. Língua e literatura latina.
2. Língua portuguesa.
3. Língua e literatura francesa.
4. Língua e literatura italiana.
5. Língua e literatura espanhola.

Segunda série

1. Língua e literatura latina.
2. Língua portuguesa.
3. Língua e literatura francesa.
4. Língua e literatura italiana.
5. Língua e literatura espanhola.
6. Literatura portuguesa.

Terceira série

1. Língua portuguesa.
2. Língua e literatura francesa.
3. Língua e literatura italiana.
4. Literatura brasileira.
5. Literaturas hispano-americanas.
6. Filologia românica.

Quarta série

1. Língua portuguesa.
2. Língua e literatura francesa.
- Disciplinas eletivas:
3. Literatura brasileira.
4. Literatura portuguesa.
5. Língua e literatura italiana.
6. Língua e literatura espanhola.
7. Literaturas hispano-americanas.
8. Literatura grega.
9. Linguística.

Art. 12. O curso de Letras anglo-germânicas consta da seguinte seriação de disciplinas:

Primeira série

1. Língua e literatura latina.
2. Língua portuguesa.
3. Língua e literatura inglesa.
4. Língua e literatura alemã.

Segunda série

1. Língua e literatura latina.
2. Língua portuguesa.
3. Língua e literatura inglesa.
4. Língua e literatura alemã.
5. Literatura portuguesa.

Terceira série

1. Língua portuguesa.
2. Língua e literatura inglesa.
3. Língua e literatura alemã.
4. Literatura brasileira.
5. Linguística.

Quarta série

1. Língua e literatura inglesa.
2. Literatura norte-americana.
- Disciplinas eletivas:
3. Língua e literatura alemã.
4. Literatura brasileira.
5. Literatura francesa.
6. Literatura grega.
7. História e civilização inglesa.

Art. 13. O curso de Pedagogia consta da seguinte seriação de disciplinas:

Primeira série

1. Complementos de Matemática.
2. História da Filosofia.
3. Biologia.
4. Sociologia.
5. Psicologia educacional.

Segunda série

1. História da Educação.
2. Estatística educacional.
3. Fundamentos biológicos da educação.
4. Psicologia educacional.
5. Administração escolar.

Terceira série

1. História da educação.
2. Fundamentos sociológicos da educação.
3. Psicologia educacional.
4. Administração escolar.
5. Educação comparada.

Quarta série

1. Filosofia da educação.
2. Didática geral.
- Disciplinas eletivas:
3. Higiene escolar.
4. Evolução do ensino no Brasil.

Art. 14. Na quarta série de qualquer dos cursos de formação, além das cadeiras obrigatórias constantes nos currículos respectivos, o aluno escolherá duas ou três disciplinas eletivas dentre as indicadas neste Regulamento, dependendo a escolha de aprovação pelo Departamento correspondente ao curso em que o aluno estiver matriculado.

Parágrafo único. Os alunos que concluírem a quarta série nos termos do artigo receberão o diploma de *bacharel* no curso correspondente.

Art. 15. Os alunos que se destinarem ao exercício do magistério secundário cursarão uma quarta série especial, constante de uma parte geral, comum a todos os cursos mencionados de 1 a 10 no art. 3.º e de mais duas disciplinas, podendo ambas ser da própria especialidade ou uma da especialidade e outra de caráter pedagógico.

§ 1.º Constituirão a parte geral dos estudos as seguintes disciplinas:

1. Psicologia educacional;
2. Fundamentos biológicos, sociológicos e filosóficos da educação;
3. Didática geral e especial.

§ 2.º Além das disciplinas enumeradas neste artigo terão os alunos frequência obrigatória a conferências ou seminários sobre análise dos programas de ensino secundário da especialidade do magistério por eles escolhida.

§ 3.º O ensino de Didática geral e especial obrigará à prática de ensino em classe de ensino secundário.

§ 4.º Serão obrigatoriamente incluídas como disciplinas da própria especialidade, as seguintes:

- a) no Curso de Filosofia:
  1. História da Filosofia (contemporânea);
  2. Ética.
- b) no Curso de Física:
  1. Física superior.
- c) no Curso de Química:
  1. Química superior.
- d) no Curso de História Natural:
  1. Anatomia e fisiologia animais comparadas;
  2. Biogeografia.
- e) no Curso de Geografia e História:
  1. Duas disciplinas, na forma do art. 9.º, parágrafo único.
- f) no Curso de Ciências Sociais:
  1. Ética.

g) no Curso de Letras Clássicas:

1. Língua e literatura latina;
2. Língua portuguesa.

h) no Curso de Letras Néo-Latinas:

1. Língua portuguesa;
2. Língua e literatura francesa.
- i) no Curso de Letras Anglo-Germânicas:
  1. Língua e literatura inglesa;
  2. Literatura norte-americana.

§ 5.º A disciplina ou as disciplinas da especialidade que não forem obrigatórias, na forma do parágrafo anterior, serão de livre escolha do aluno, dentre as da quarta série da especialidade respectiva.

§ 6.º A disciplina de caráter pedagógico referida no artigo será de livre escolha do aluno, dentre as seguintes:

1. Administração escolar;
2. Higiene escolar;
3. Educação comparada.
4. História da educação.

§ 7.º Os alunos que concluírem a quarta série nos termos do artigo receberão o diploma de licenciado no curso correspondente.



Art. 16. Os alunos que se destinarem ao magistério normal cursarão uma quarta série especial do Curso de Pedagogia, com as seguintes disciplinas:

1. Filosofia da educação;
  2. Higiene escolar;
  3. Didática geral e especial;
  4. Análise dos programas do ensino normal.
- 1.º O ensino de Didática geral e especial obrigará à prática de ensino em classe de curso normal.
- 2.º Os alunos que concluírem a quarta série do Curso de Pedagogia nos termos do artigo receberão o diploma de licenciado em Pedagogia.

## CAPÍTULO II

### DEPARTAMENTOS

Art. 17. Haverá um Professor para cada uma das cadeiras que se seguem:

- I. Filosofia.
- II. História da Filosofia.
- III. Psicologia.
- IV. Sociologia.
- V. Política.
- VI. Estatística Geral e Aplicada.
- VII. Complementos de Matemática.
- VIII. Análise Matemática e Análise Superior.
- IX. Geometria.
- X. Mecânica Racional, Mecânica Celeste e Física Matemática.
- XI. Física Geral e Experimental.
- XII. Física Teórica e Física Superior.
- XIII. Química Geral e Inorgânica e Química Analítica.
- XIV. Química Orgânica e Química Biológica.
- XV. Físico-Química e Química Superior.
- XVI. Biologia Geral.
- XVII. Zoologia.
- XVIII. Botânica.
- XIX. Geologia e Paleontologia.
- XX. Mineralogia e Petrografia.
- XXI. Geografia Física.
- XXII. Geografia Humana.
- XXIII. Geografia do Brasil.
- XXIV. História da Antiguidade e da Idade Média.
- XXV. História Moderna e Contemporânea.
- XXVI. História da América.
- XXVII. História do Brasil.
- XXVIII. Antropologia e Etnografia.
- XXIX. Economia Política e História das Doutrinas Econômicas.
- XXX. Língua e Literatura Latina.
- XXXI. Língua e Literatura Grega.
- XXXII. Língua Portuguesa.
- XXXIII. Literatura Portuguesa.
- XXXIV. Literatura Brasileira.
- XXXV. Filologia Românica.
- XXXVI. Língua e Literatura Francesa.
- XXXVII. Língua e Literatura Italiana.
- XXXVIII. Língua e Literatura Espanhola.
- XXXIX. Língua e Literatura Inglesa.
- XL. Língua e Literatura Alemã.
- XLI. Psicologia Educacional.
- XLII. Estatística Educacional.
- XLIII. Administração Escolar e Educação Comparada.
- XLIV. História e Filosofia da Educação.
- XLV. Didática Geral e Especial.
- XLVI. Literaturas Hispano-Americanas.
- XLVII. Literatura Norte-Americana.

Parágrafo único. O ensino de disciplina não contida na denominação das cadeiras será regido por um Professor catedrático, ou por um Professor adjunto, ou por um Docente livre de disciplina afim, ou ainda por Professor contratado; nos três primeiros casos, por decisão do Departamento mais relacionado com a disciplina em questão e no último caso por proposta da Congregação ao Conselho Universitário.

Art. 18. Para os fins de ensino e pesquisa, as cadeiras da Faculdade constituirão dez Departamentos a saber:

- I. Departamento de Filosofia, constituído pelas cadeiras: I, II e III;
- II. Departamento de Matemática, constituído pelas cadeiras VII, VIII, e IX;
- III. Departamento de Física, constituído pelas cadeiras: X, XI e XII;
- IV. Departamento de Química, constituído pelas cadeiras: XIII, XIV e XV;
- V. Departamento de História Natural, constituído pelas cadeiras: XVI, XVII, XVIII, XIX e XX;
- VI. Departamento de Geografia, constituído pelas cadeiras: XXI, XXII e XXIII;
- VII. Departamento de História, constituído pelas cadeiras XXIV, XXV, XXVI e XXVII;
- VIII. Departamento de Ciências Sociais, constituído pelas cadeiras: IV, V, VI, XXVIII e XXIX;
- IX. Departamento de Letras, constituído pelas cadeiras: XXX, XXXI, XXXII, XXXIII, XXXIV, XXXV, XXXVI, XXXVII, XXXVIII, XXXIX, XL, XLV e XLVII;
- X. Departamento de Educação, constituído pelas cadeiras: XLI, XLII, XLIII, XLIV e XLV.

Art. 19. Participarão das reuniões de cada Departamento os professores catedráticos respectivos, os contratados na regência de cátedra e sem direito a voto, os professores catedráticos que exerçam atividades docentes no Departamento e que participam a outro Departamento.

1.º Poderão participar das reuniões, sem direito a voto, os professores adjuntos, assistentes e instrutores, quando convidados pelo Professor Catedrático respectivo.

2.º O chefe do Departamento poderá convocar reuniões especiais a que poderão comparecer os professores catedráticos.

Art. 20. As reuniões de cada Departamento realizar-se-ão ordinariamente uma vez por mês, e extraordinariamente, por convocação do chefe respectivo ou solicitação de dois ou mais professores.

Art. 21. Cada Departamento será chefiado por um Professor catedrático efetivo, eleito biennialmente pelos seus colegas de Departamento e designado por ato do Reitor mediante comunicação do Diretor.

Art. 22. Compete a cada Departamento, no domínio das especialidades de ensino e pesquisa de que trate:

- I. Organizar cada ano, o seu plano geral dos trabalhos e submetê-lo ao Diretor;
- II. Organizar os elementos de estudo para o projeto de orçamento de pessoal e material;
- III. Realizar reuniões do corpo docente respectivo para maior articulação dos programas de ensino e execução de pesquisas;
- IV. Emitir parecer sobre a proposta de professor catedrático, quanto ao número de instrutores, assistentes e professores adjuntos correspondentes à respectiva cátedra;
- V. Propor ao Diretor o professor adjunto, e na falta desse o docente-livre ou assistente que deva reger interinamente a cátedra vaga;
- VI. Propor ao Diretor dois examinadores para comissão julgadora das provas de habilitação à livre-docência;
- VII. Propor três examinadores para comissão julgadora de concurso para professor catedrático;
- VIII. Deliberar sobre o programa ou reformas de ensino propostas pelo professor da cadeira a que ela pertença;
- IX. Organizar cada ano a distribuição do tempo de trabalho dos alunos pelas diferentes disciplinas das séries respectivas e submetê-la ao Diretor;
- X. Indicar, no primeiro período do ano letivo, as disciplinas e elaborar os programas do exame vestibular para o ano seguinte e fixar o número de vagas de cada série do curso respectivo;
- XI. Emitir parecer sobre o pedido de transferência de alunos;
- XII. Definir e regular o regime de tempo integral para o pessoal docente do Departamento, nos termos dos arts. 125, 126, 128 e 130;
- XIII. Emitir parecer sobre os títulos de assistentes ou docentes-livres entre os quais deva ser escolhido o encarregado da regência interina da cátedra vaga;
- XIV. Aprovar os programas de cursos de aperfeiçoamento, de especialização, de pós-graduação e de doutorado;
- XV. Propor modificações ou revisão do Regimento Interno;
- XVI. Propor a organização de cursos de aperfeiçoamento, de especialização de pós-graduação e de doutorado;
- XVII. Sugerir ao Diretor as providências que se tornem necessárias para o aperfeiçoamento do ensino.

Art. 23. São atribuições do chefe do Departamento:

- a) convocar as reuniões de professores e a elas presidir;
- b) encaminhar ao Diretor as decisões, sugestões e pareceres aprovados pelo Departamento;
- c) tomar parte nas reuniões do Conselho Departamental;
- d) fiscalizar o trabalho dos livre-docentes das cadeiras do Departamento;
- e) atuar no sentido da mais perfeita coordenação dos trabalhos do Departamento.

## TÍTULO III

### Dos Trabalhos Escolares

#### CAPÍTULO I

##### REGIME ESCOLAR

Art. 24. O ano letivo é dividido em 2 períodos: o 1.º, de 1.º de março a 30 de junho; e o 2.º, de 1.º de agosto a 30 de novembro.

Art. 25. As férias escolares dividem-se em dois períodos:

- a) de 15 de dezembro a 15 de fevereiro;
- b) de 1.º a 31 de julho.

Art. 26. O calendário dos atos escolares é o seguinte:

- a) inscrição para os exames vestibulares e exames de 2.ª época de 1 a 10 de fevereiro;
- b) início dos exames vestibulares e de 2.ª época em 15 de fevereiro;

c) realização da primeira prova parcial: 2.ª quinzena de junho;

d) inscrição para a prova terminal: de 15 a 25 de novembro;

e) realização da 2.ª prova parcial: 2.ª quinzena de novembro;

f) início das provas finais: 1.º de dezembro;

g) prazo para a matrícula: de 15 a 28 ou 29 de fevereiro.

Art. 27. O ensino será ministrado em aulas teóricas e práticas, seminários, trabalhos de campo e excursões, segundo as necessidades de cada disciplina.

Art. 28. Compete aos Departamentos estabelecer os critérios de distribuição dos horários para os diferentes cursos e fazê-lo de maneira equitativa entre as diversas disciplinas componentes, com a aprovação do Diretor.

Art. 29. A carga horária máxima para cada série dos cursos de formação será de 24 horas semanais, não incluídos os trabalhos de laboratório ou de campo.

Art. 30. A frequência é obrigatória para os alunos regulares.

Art. 31. A presença exigida será de 2/3 das aulas realizadas, contando-se separadamente para o 1.º período e para o 2.º período do ano letivo, conforme o registro em caderneta ou ficha de chamada para cada disciplina, sob a responsabilidade do catedrático ou de quem o substituir.

## CAPÍTULO II

### ADMISSÃO AOS CURSOS

Art. 32. Para inscrição nos exames vestibulares dos cursos de formação, exige-se:

- a) apresentação de diploma de curso superior, legalmente registrado, ou certificado que o supra, fornecida pela repartição competente para o registro; ou
- b) apresentação de certificado que comprove:

1. Conclusão de curso secundário pelo Código de Ensino de 1901;

2. Conclusão de curso secundário, seriado ou não, pelo regime do Decreto n.º 11.590, de 18 de março de 1918, prestados os exames perante bancas examinadoras oficiais no Colégio Pedro II ou em estabelecimentos equiparados;

3. Conclusão de curso secundário pelo regime do Decreto n.º 10.789-A, de 12 de janeiro de 1925, ou de acordo com a certidão do mesmo Decreto,

até o ano letivo de 1954, inclusive a 2ª época realizada em março de 1955.

4. Conclusão de curso secundário pelo regime dos exames preparatórios parciais, segundo os Decretos n.º 19.860, de abril de 1931, — 22.104 e 22.147, de novembro de 1932, e a Lei n.º 21, de janeiro de 1935;

5. Conclusão de curso secundário de acordo com o art. 190 do Decreto n.º 21.241, de 4 de abril de 1932, desde que a quinta série se tenha completado até a época legal de 1933, ou seja até fevereiro de 1937;

6. Conclusão de curso secundário de acordo com o Decreto-lei número 4.264, de 9 de abril de 1942.

Parágrafo único. São dispensados da exigência das letras a ou b deste artigo (Decreto-lei n.º 4.264, de 9 de novembro de 1942):

a) o professor de ensino secundário já registrado no Departamento Nacional de Educação que comprovare haver lecionado, com eficiência, por mais de 3 anos, em estabelecimento de existência legal, disciplina constante do currículo do curso em que pretenda matricular-se;

b) o candidato aos cursos de Filosofia, Pedagogia, Letras Clássicas, Letras Neo-Latinas e Letras Anglo-Germânicas que comprovare mediante documento fidedigno, a conclusão de estudos em estabelecimento religioso idôneo;

c) o candidato aos cursos de Letras Clássicas, Letras Neo-Latinas, Letras Anglo-Germânicas, Geografia, História e Pedagogia que apresente diploma de conclusão de curso Normal constituído no mínimo de 6 anos de estudos.

Art. 32. Para inscrição nos exames vestibulares é também exigida a apresentação dos seguintes documentos:

1.º Carteira de Identidade;

2.º Certificado que comprove idade mínima de 18 anos completos ou por completar até 30 de junho do ano em curso;

3.º Prova de quitação com o serviço militar para o maior de 18 anos;

4.º Atestado de idoneidade moral;

5.º Atestado de sanidade física e mental;

6.º Atestado negativo de exame tuberculino-torácico feito no Serviço Nacional de Tuberculose;

7.º Atestado de vacinação antivariólica.

Parágrafo único. A carteira de identidade, a prova de quitação com o serviço militar e o diploma, depois de efetuada a inscrição e feitas as devidas anotações, serão devolvidos.

Art. 34. No primeiro período do ano letivo, cada Departamento indicará as disciplinas e organizará os programas dos exames vestibulares do ano seguinte para os respectivos cursos.

Art. 35. O número máximo de vagas de cada série será fixado anualmente pelo Departamento respectivo.

Art. 36. Há duas categorias de alunos, regulares e ouvintes.

Parágrafo único. Os alunos denominados visitantes serão considerados ouvintes, caso não estejam incluídos no que dispõe o art. 46.

Art. 37. O aluno regular poderá ser ouvinte em aulas teóricas de outros cursos, cabendo aos Departamentos interessados autorizar e limitar o número de disciplinas.

Art. 38. Sem prejuízo dos candidatos à matrícula em todas as disciplinas de qualquer série de um curso, e uma vez que permitam as instalações e os horários, será lícito ao candidato aprovado em exame vestibular, matricular-se apenas para freqüência e provas em determinadas disciplinas, obedecida a sua distribuição por mais de uma série, quando for o caso.

Parágrafo único. Os certificados de aprovação em todas as disciplinas componentes de um curso de formação, embora obtidos em épocas diferentes, darão direito ao respectivo diploma de bacharel ou de licenciado, devendo o portador deste diploma, no ato de recebê-lo, fazer a restituição dos certificados obtidos.

Art. 39. As bancas examinadoras, nos exames vestibulares, serão sempre presididas por um membro do corpo docente da Faculdade, podendo, entretanto, ser integradas por professores estranhos a esta.

Art. 40. A matrícula na primeira série será feita na ordem decrescente da classificação obtida no exame vestibular de cada curso, observado o limite de vagas fixados nos termos do art. 35.

Parágrafo único. Em igualdade de classificação, tem preferência o candidato mais idoso.

Art. 41. A matrícula na série inicial dos diferentes cursos poderá ser permitida a diplomados por Faculdades de Filosofia oficiais ou reconhecidas, sem exigência de novo vestibular, a juízo do Departamento e desde que esteja incluído o curso pretendido, ficando garantida a preferência para as vagas disponíveis aos candidatos aprovados no exame vestibular da Faculdade Nacional de Filosofia, no ano letivo respectivo.

Parágrafo único. Poderão para o mesmo efeito ser aceitos à matrícula na série inicial das diferentes cursos e a juízo dos Departamentos respectivos, os candidatos já aprovados em exames vestibulares de outras escolas superiores da Universidade do Brasil, respeitada a preferência dos candidatos que foram aprovados nos vestibulares da Faculdade Nacional de Filosofia, no ano letivo respectivo.

Art. 42. O candidato à matrícula instruirá o requerimento, que será dirigido ao Diretor, com os seguintes documentos:

1.º Recibo de pagamento das taxas regulamentares;

2.º Dois retratos;

3.º Certificado de aprovação no exame vestibular, se a matrícula for para a 1.ª série;

4.º Certificado de aprovação em todas as disciplinas da série anterior, ressalvado o disposto no art. 43, se a matrícula for para as séries subsequentes.

§ 1.º Para a renovação de matrícula na mesma série que o requerente cursava no ano anterior, são dispensados os documentos indicados nos ns. 3 e 4 deste artigo.

§ 2.º O aluno que deixar de se matricular por dois anos consecutivos, deverá apresentar, para nova matrícula, os documentos indicados nos ns. 2 a 7 do art. 33.

§ 3.º O aluno matriculado receberá anualmente, um cartão de matrícula, com o selo da Faculdade sobre o seu retrato e autenticado pelo Secretário.

Art. 43. É permitida a matrícula condicional em uma série quando o aluno depender de aprovação apenas em uma disciplina da série anterior.

Parágrafo único. Somente depois de aprovado, em primeira época, na disciplina de que depende, poderá o aluno fazer a prova terminal das que compõem a série em que estiver matriculado condicionalmente.

Art. 44. A transferência de alunos de outros estabelecimentos congêneres de ensino superior oficiais ou reconhecidos, será concedida para a

segunda e terceira séries dos cursos de formação, desde que haja vaga na respectiva série do curso requerido, e seja solicitada dentro do período regulamentar de efetuação das matrículas.

Art. 45. O aluno matriculado em cursos de formação de estabelecimentos congêneres de ensino superior oficiais ou reconhecidos, que por motivo de serviço público ou de natureza militar rigorosamente documentado, for removido oficialmente para a Capital da República, terá assegurada a transferência em qualquer período letivo para a série respectiva, independentemente de existência de vaga.

Parágrafo único. A permissão a que se refere este artigo é aplicável também ao caso de filhos ou tutelados de servidor público quando removido para a Capital da República.

Art. 46. Consultando o Departamento respectivo, poderá ser concedida a transferência dentro do período regulamentar aos requerentes oriundos de estabelecimentos de ensino superior congêneres de países que mantenham com o Brasil tratado de reciprocidade.

Parágrafo único. Os documentos exigidos para a transferência aludida neste artigo são os seguintes:

a) guia de transferência, devidamente autenticada pelas autoridades consulares brasileiras;

b) certificado de conclusão de curso secundário, acrescido do documento de aprovação em exame de língua portuguesa, história e geografia do Brasil, prestados perante estabelecimento de ensino secundário oficial no Brasil;

c) história da vida escolar inclusive do curso secundário;

d) atestado de sanidade física e mental;

e) atestado de idoneidade moral;

f) atestado de exame tuberculino-torácico emitido pelo Serviço Nacional de Tuberculose;

g) atestado de vacinação anti-variólica;

h) documento de quitação com o serviço militar nos casos previstos pela lei que rege a matéria.

Art. 47. Nos casos em que haja necessidade de adaptação de cursos, o Departamento apropriado especificará os critérios de ajustamento.

### CAPÍTULO III

#### VERIFICAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR

Art. 48. A verificação do rendimento escolar será feita:

a) pelos trabalhos de estágio;

b) por duas provas parciais;

c) pela prova terminal.

Art. 49. Os trabalhos de estágio serão realizados em cada período escolar, a critério do professor.

Art. 50. A primeira prova parcial será escrita e constará, a critério do professor, de dissertação, ou de testes, ou de problemas, ou da combinação desses processos, com a duração mínima de duas horas.

Art. 51. A segunda prova parcial constará de trabalho monográfico ou de crítica, ou de doutrina ou relativo a pesquisas; ou ainda nos moldes da primeira prova parcial, e a critério do respectivo professor.

Parágrafo único. Para a cadeira de Didática Geral e Especial, a segunda prova parcial constará de um minucioso relatório da observação e prática de ensino realizadas no Colégio de Aplicação.

Art. 52. A prova terminal, relativa a toda a matéria do programa, será escrita ou oral; escrita e oral; prática-oral; ou ainda prática com relatório, a critério do Departamento respectivo.

§ 1.º A duração da prova terminal, conforme o tipo adotado pelo respectivo Departamento, será fixada pelos próprios professores.

§ 2.º Nas provas orais, o aluno será examinado durante dez a vinte minutos.

§ 3.º A prova terminal, caso seja escrita, obedecerá ao estabelecido para a primeira prova parcial.

Art. 53. As provas parciais e a prova terminal realizar-se-ão na sala e em dia da semana próprias das aulas de disciplina, salvo motivo de força maior, sob a direção do professor catedrático respectivo, com a colaboração de seus auxiliares.

§ 1.º Em caso de inexistência ou impedimento do professor adjunto, dos assistentes e instrutores, o Diretor poderá, por solicitação do catedrático, designar outro docente para o substituir.

§ 2.º Os horários para as provas parciais e terminais organizados pela Secretaria, depois de consultados os Departamentos e aprovados pelo Diretor, serão afixados em quadros próprios e, em local bem visível do Edifício da Faculdade, com a antecedência mínima de 48 horas.

§ 3.º A validação das chamadas dos alunos, será exclusivamente fundamentada nos editais afixados na própria Faculdade, sendo a publicação na imprensa local, considerada apenas informe subsidiário, sem nenhum efeito legal.

Art. 54. Todas as provas de verificação do rendimento escolar receberão do professor que reger o ensino da disciplina uma nota que variará de zero a dez.

Parágrafo único. Ao conjunto dos trabalhos de estágio de cada período letivo será atribuída uma única nota.

Art. 55. A nota final será indicada pela média das notas dos trabalhos de estágio, das provas parciais e da prova terminal.

Art. 56. Nas disciplinas de ensino limitado a um único período letivo:

I. Não haverá prova parcial;

II. A prova terminal realizar-se-á na segunda quinzena de junho ou na primeira de dezembro, conforme a disciplina tiver sido lecionada, respectivamente, no primeiro ou no segundo período letivo.

Art. 57. O aluno será aprovado em cada disciplina, se satisfizer as seguintes condições:

a) nota mínima cinco na prova terminal;

b) nota final mínima cinco.

Art. 58. Haverá 1.ª e 2.ª chamadas para as provas parciais e terminais.

§ 1.º Poderão requerer 2.ª chamada os alunos que não puderam comparecer à 1.ª chamada por motivo de:

1. Moléstia, comprovada por atestado médico com firma reconhecida;

2. Serviço público imperioso, comprovado por documento oficial emitido pela autoridade competente;

3. Falecimento de ascendente, descendente, irmão ou cônjuge, comprovado por documento idôneo.

§ 2.º Os requerimentos de 2.ª chamada, convenientemente instruídos, deverão dar entrada em protocolo no prazo improrrogável de 48 horas após a realização da prova de 1.ª chamada, excluído domingo ou feriado intercorrente.



Art. 59. A inscrição para a prova terminal exige recibo de quitação do pagamento das taxas escolares e a satisfação das exigências de frequência indicadas no art. 31.

Art. 60. O aluno que utilizar recursos ilícitos terá a prova imediatamente anulada, sendo lavrado o auto de infração na lista de chamada, sem prejuízo de outra penalidade cabível.

Art. 61. A assinatura do aluno será firmada na prova e o talão anexo a esta assinado pelo professor ou por um de seus auxiliares, ao terminar a mesma, será devolvido ao aluno como recibo.

Art. 62. O prazo de devolução das provas devidamente corrigidas e registradas as notas será no máximo de 15 dias para o 1.º período letivo e de 10 dias para o segundo.

Art. 63. Os alunos reprovados em 1.ª época, no máximo em duas disciplinas, poderão repetir o exame das mesmas, em 2.ª época, submetendo-se à prova escrita, oral e prático-oral, quando couber, versando esse exame sobre toda a matéria lecionada durante o ano letivo correspondente.

Art. 64. As condições para a inscrição nos exames de 2.ª época obedecem às mesmas exigências da 1.ª época (art. 59).

Art. 65. Os alunos poderão realizar em 2.ª época, a prova terminal referente a duas disciplinas no máximo, desde que tenham sido aprovados em 1.ª época, nas demais da série respectiva.

Art. 66. A nota final de cada disciplina nos exames de 2.ª época, será a média das notas obtidas nas provas exigidas.

Parágrafo único. A nota final mínima para aprovação será cinco.

Art. 67. Haverá 2.ª chamada para as provas em 2.ª época, sendo observadas as mesmas condições estabelecidas para a 1.ª época (art. 58).

## CAPÍTULO IV

### DOCTORAMENTO

Art. 68. A Faculdade Nacional de Filosofia concederá os títulos de Doutor em Filosofia, Matemática, Física, Química, História Natural, Geografia e História, Ciências Sociais, Letras Clássicas, Letras Neo-Latinas, Letras Anglo-Germânicas, Pedagogia.

Art. 69. Serão admitidos como candidatos ao título de Doutor, os diplomados por Faculdades ou Escolas de ensino superior do país, oficiais ou reconhecidas e os diplomados por estabelecimentos de ensino superior de países estrangeiros.

§ 1.º Poderão ser excepcionalmente dispensados da exigência anterior, os indivíduos cujo *curriculum vitae* demonstrar terem eles realizado trabalhos de pesquisa, de reconhecido valor na especialidade em que se pretendem doutorar.

§ 2.º A Congregação decidirá sobre a admissão dos candidatos que estiverem nas condições do § 1.º deste artigo e sobre a dos diplomados por universidades estrangeiras, mediante parecer escrito, fundamentado, do Departamento competente.

Art. 70. Os candidatos ao título de Doutor deverão requerer inscrição no curso de Doctoramento, nos períodos de 15 a 25 de fevereiro e de 1 a 15 de julho.

Parágrafo único. O requerimento, dirigido ao Diretor da Faculdade, será acompanhado dos documentos comprovativos das exigências a que se refere o art. 69.

Art. 71. Os candidatos ao título de Doutor serão submetidos às seguintes provas:

a) Demonstração de capacidade para traduzir as linguas exigidas por cada Departamento;

b) exame geral sobre matérias dos cursos de formação e de pós-graduação, sendo a natureza das provas e a discriminação das matérias fixadas pelo Departamento competente;

c) defesa de uma tese considerada como um trabalho de pesquisa original, que seja uma contribuição importante na respectiva especialidade.

Parágrafo único. Os candidatos ao título de Doutor não poderão ser admitidos à prova a que se refere a alínea "c" antes de decorridos dois anos de matrícula no curso de Doctoramento.

Art. 72. A natureza das provas e a discriminação das matérias a que se referem as alíneas "a" e "b" do art. 71 serão especificadas em publicação editada pela Faculdade, que deverá mencionar: os programas e as indicações bibliográficas necessárias para orientar a preparação dos candidatos, as matérias obrigatórias e eletivas das provas.

§ 1.º Na mesma publicação serão indicados os cursos de formação e de pós-graduação que a Faculdade puder proporcionar aos candidatos, a fim de adquirirem ou completarem a preparação exigida pelo Departamento para o exame geral.

§ 2.º O exame geral, a que se refere a alínea "b" do art. 71, terá como objetivo exclusivo verificar se o candidato possui um conhecimento seguro das matérias consideradas básicas para formação de um pesquisador na especialidade respectiva.

§ 3.º As provas a que se referem as alíneas "a" e "b" do art. 71 poderão ser realizadas em qualquer época do ano letivo.

Art. 73. Serão admitidos ao exame geral de que trata a alínea "b" do art. 71, os candidatos aprovados pelo Departamento de sua especialidade, na prova a que se refere a alínea "a" do mesmo artigo.

Art. 74. A comissão examinadora da prova a que se refere a alínea "c" do art. 71 será constituída por 3 professores da especialidade, designados pelo Diretor, por indicação do Departamento, um dos quais será o chefe do Departamento, que presidirá a comissão.

§ 1.º Serão aprovados no exame geral os candidatos que obtiverem a nota mínima sete (7).

§ 2.º Os candidatos reprovados no exame geral a que se refere a alínea "b" do art. 71, poderão ser admitidos a novo exame depois de decorrido um ano, a partir da data do primeiro exame.

Art. 75. Aos candidatos ao título de Doutor que forem aprovados nas provas indicadas nas alíneas "a" e "b" do art. 71, será conferido o título de Agregado, na especialidade correspondente, na Faculdade Nacional de Filosofia.

Parágrafo único. O título de Agregado dá aos instrutores da Faculdade o direito de serem dispensados da prova de que trata o § 2.º do art. 64 do Regulamento.

Art. 76. Os candidatos ao título de Doutor deverão, para serem admitidos à prova de que trata a alínea "c" do art. 71, entregar 5 exemplares datilografados da sua tese à Secretaria da Faculdade.

Art. 77. A tese do candidato será analisada por uma comissão de dois especialistas, escolhidos pelo Departamento, a qual emitirá parecer, no prazo máximo de 30 dias, em relatório fundamentado, sobre se a tese satisfaz ou não as condições indicadas na alínea "c" do art. 71.

§ 1.º A tese do candidato, acompanhada do parecer anteriormente indicado, ficará, no Departamento competente, pelo prazo máximo de dez dias, a contar da data do parecer, à disposição dos professores da Faculdade.

§ 2.º O Diretor da Faculdade concederá, no dia em que terminar o prazo indicado no parágrafo anterior, autorização para imprimir-se as teses que, no julgamento da comissão indicada neste artigo, satisfizerem as condições indicadas na alínea "c" do art. 71.

Art. 78. No dia em que for concedida a autorização a que se refere o § 2.º do art. 76, o Diretor da Faculdade, por indicação do Departamento, nomeará uma comissão examinadora constituída por três especialistas, um dos quais será o chefe do Departamento que presidirá a comissão e fixará a data para a realização da defesa da tese.

§ 1.º O ato da defesa de tese será público, e terá a duração máxima de duas horas, tendo o candidato direito a usar da palavra em último lugar, durante uma hora. A arguição será feita por dois examinadores que disporão, no máximo, de meia hora cada um.

§ 2.º A comissão examinadora reunirá-se imediatamente depois de terminado o ato de defesa da tese, para a julgar.

§ 3.º A tese do candidato será rejeitada ou aprovada com os seguintes graus: aprovada simplesmente, aprovada com menção honrosa ou aprovada com distinção, devendo a comissão julgadora anunciar publicamente o resultado, bem como o parecer que fundamenta a decisão tomada, lavrado em ata especial.

§ 4.º No caso do candidato ser aprovado, o Diretor convocará a Congregação para, em sessão solene, conferir-lhe o grau de Doutor, na especialidade correspondente, pela Faculdade Nacional de Filosofia. Nessa reunião, um dos membros da comissão examinadora a que se refere este artigo, porá em evidência a importância do trabalho do candidato.

Art. 79. As teses a que se refere o § 2.º do art. 76, serão publicadas pela Faculdade e reunidas em coleção por Departamento, tendo o título geral de "Coleção de Teses de Doctoramento da Faculdade Nacional de Filosofia" e sub-título "Departamento de ....."; cada candidato terá o direito de receber gratuitamente cem exemplares de sua tese.

Art. 80. Os direitos conferidos aos portadores do título de Doutor pela Faculdade Nacional de Filosofia serão estendidos aos brasileiros que tiverem obtido grau de Doutor por universidades estrangeiras, mediante aprovação, de cada caso, pela Congregação, baseada em parecer escrito, fundamentado, do Departamento competente, no qual será incluída análise da tese de doctoramento.

## TÍTULO IV

### Do Pessoal

## SUB-TÍTULO I

### CAPÍTULO I

#### MODALIDADES DO PESSOAL DOCENTE

Art. 80. O pessoal docente se divide em dois ramos: o pertencente à carreira do professorado e o não pertencente a essa carreira.

Art. 81. Os cargos sucessivos da carreira de professorado, para cada cadeira, são em ordem hierárquica crescente:

- instrutor;
- assistente;
- professor adjunto;
- professor catedrático.

Art. 82. O pessoal docente não pertencente à carreira de professorado é constituído por:

- livres-docentes;
- professores contratados;
- auxiliares de ensino;
- pesquisadores e técnicos especializados.

Art. 83. Haverá tantos professores catedráticos quanto a lei fixar e o número de professores adjuntos, assistentes e instrutores, correspondentes a cada cátedra, será fixado pela Congregação, conforme as necessidades do ensino.

Parágrafo único. As propostas relativas ao número de professores adjuntos, assistentes e instrutores, perante a Congregação, serão formuladas pelo professor catedrático respectivo, com parecer do Departamento.

Art. 84. O número de livres-docentes é ilimitado.

Parágrafo único. De cinco em cinco anos, a Congregação fará a revisão do quadro dos livres-docentes, a fim de excluir aqueles que não houverem exercido atividade eficiente no ensino, na pesquisa ou através de publicações doutrinárias ou de valor literário, relativas à disciplina.

Art. 85. Conforme as necessidades do ensino, a Congregação, ouvido o Departamento respectivo, proporá ao Conselho Universitário o contrato, por tempo determinado, de professores nacionais e estrangeiros.

Art. 86. Os auxiliares de ensino, em número indeterminado, serão os diplomados que colaborarem nas atividades da cátedra, com ou sem provento, mediante designação expressa do Diretor, por indicação do professor catedrático.

Art. 87. Serão pesquisadores e técnicos especializados os funcionários dos Departamentos e dos órgãos técnico-científicos anexos à Faculdade e cuja atividade tenha caráter técnico, de rotina ou de pesquisa.

## CAPÍTULO II

### HABILITAÇÃO À LIVRE DOCÊNCIA

Art. 88. A livre docência relativa a cada cadeira será concedida aos diplomados em Faculdades ou Escolas de ensino superior onde se ministrou o ensino da disciplina, cuja habilitação se propõe, mediante as seguintes exigências:

- Ter obtido o diploma de doutor no curso respectivo;
- Ter estagiado como auxiliar de ensino, durante um ano, no mínimo, após o doctoramento, ou ter igual tempo no exercício da função de instrutor, ou ainda ter exercido, por igual prazo, a assistência ou livre docência de curso de ensino superior, em cadeira que o Departamento interessado considere equivalente ou afim.

III. Ser habilitado em concurso de títulos e provas.

§ 1.º As provas serão as seguintes:

- prova didática;
- defesa de tese;
- prova prática, conforme a natureza da cadeira.

§ 2.º A prova de que trata a alínea "c" será exigida nas cadeiras que a comportarem, ouvidos os respectivos Departamentos.

Art. 89. A inscrição para as provas de habilitação à livre-docência permanecerá aberta, anualmente, de 1.º de janeiro a 30 de abril e as provas realizar-se-ão no segundo período do ano letivo, em data fixada pelo Diretor.

Art. 90. A prova didática constará de quatro aulas, de 50 minutos cada uma, dadas em classe, sobre temas a serem desenvolvidos em prosseguimento, mediante sorteio, 24 horas antes da primeira aula, de uma lista organizada pela comissão examinadora.

Parágrafo único. Sempre que a cadeira constar de duas ou mais disciplinas, as aulas serão divididas de forma a corresponderem duas aulas à mesma disciplina.

Art. 91. A prova prática ou experimental versará sobre ponto sorteados no momento, de lista de dez a vinte pontos, organizada pela Comissão Julgadora, e transcorrerá no prazo fixado pela Comissão, com o mínimo de 4 horas.

Art. 92. Na defesa de tese cada membro da comissão julgadora terá meia hora, no máximo, à sua disposição para arguir o candidato e este disporá de tempo igual para replicar.

Art. 93. As provas de habilitação à livre docência serão julgadas por uma comissão presidida pelo professor catedrático respectivo e integrada por mais quatro membros, dos quais dois serão professores da Faculdade, eleitos pela Congregação e dois outros indicados pelo Departamento respectivo, escolhidos entre os professores da mesma disciplina em outras Faculdades ou Escolas ou especialistas de notável reputação.

§ 1.º Na apreciação dos títulos de cada candidato, a comissão julgadora seguirá as normas do art. 100 e seu parágrafo.

§ 2.º Cada examinador extrairá a média das notas que atribuir ao candidato, somando a nota dos títulos e a nota das provas e dividindo a soma pelo número das provas exigidas, acrescido de uma unidade, considerando-se habilitado o candidato que alcançar de três ou mais examinadores a média sete, no mínimo.

### CAPÍTULO III

#### CARRERA DE PROFESSORADO

Art. 94. O ingresso na carreira de professorado far-se-á pelo cargo de instrutor, para o qual serão admitidos, pelo prazo de três anos, por ato do Diretor e proposta do respectivo professor catedrático, becharéis ou licenciados no curso a que pertence a cadeira.

§ 1.º Ao formular a proposta para instrutor, o professor catedrático levará em conta a vocação para o magistério revelada pelo candidato, a aplicação que houver demonstrado como aluno e os trabalhos realizados depois de diplomado, especialmente como auxiliar de ensino da respectiva cátedra.

§ 2.º O instrutor poderá ser reconduzido por indicação do catedrático, e sempre pelo período de três anos, desde que se tenha submetido às exigências de habilitação para assistente, de que trata o parágrafo segundo do artigo seguinte, e não haja vaga para esse cargo.

Art. 95. Os assistentes serão admitidos pelo Diretor, por indicação do professor catedrático, e escolhidos dentre os instrutores da cadeira.

§ 1.º A indicação para assistente será justificada pelo professor catedrático, analisando a assiduidade e eficiência do candidato no exercício das funções de instrutor e os trabalhos que houver publicado, além de juntar a ata de aprovação em prova realizada para esse fim.

§ 2.º A prova de que trata o parágrafo anterior constará de um exame geral sobre as disciplinas da cadeira, sendo a natureza do exame e a limitação das matérias indicadas pelo Departamento competente.

§ 3.º O assistente será admitido pelo prazo máximo de três anos, podendo ser reconduzido mediante proposta do professor catedrático, desde que tenha realizado ao menos um trabalho de pesquisa, crítica ou de interesse didático, relativo à cadeira, e julgado de valor por uma comissão de três professores designados pelo Diretor e integrada pelo respectivo titular.

Art. 96. A prova de que trata o artigo anterior será dispensada se o candidato já for diplomado no curso de doutorado respectivo.

Art. 97. Os professores adjuntos serão admitidos e dispensados pelo Diretor por indicação justificada do professor catedrático respectivo, devendo o candidato satisfazer as seguintes condições:

- I. Ser assistente da cadeira, com três anos de exercício no mínimo;
- II. Ter publicado trabalho relativo à cadeira e julgado de valor pelo Departamento respectivo.

Art. 98. Os professores catedráticos serão nomeados mediante concurso de títulos e de provas, podendo nele se inscreverem:

- a) os professores adjuntos da cadeira;
- b) os docentes-livres da mesma cadeira há mais de três anos;
- c) os professores catedráticos da mesma cadeira, admitidos por concurso de títulos e provas, em outros estabelecimentos de ensino superior;
- d) pessoas de notório saber na respectiva especialidade.

§ 1.º Serão condições de inscrição indispensáveis a qualquer candidato:

- I. Apresentar diploma de graduação em curso de ensino superior, cujo currículo contenha a disciplina ou disciplinas correspondentes à cátedra vaga;
- II. Prova de que é brasileiro nato ou naturalizado;
- III. Prova de quitação com o serviço militar;
- IV. Prova de sanidade e de idoneidade moral;
- V. Apresentar documentação de atividade profissional científica, filosófica ou literária, relativa à disciplina ou disciplinas da cátedra vaga.

§ 2.º A condição de inscrição, indispensável aos candidatos, da alínea d do art. 98 a aprovação preliminar pela Congregação, de parecer formulado por uma comissão de três professores, sempre que possível, do Departamento a que pertence a cadeira vaga e eleitos pela própria Congregação, a qual, à vista do merecimento excepcional das obras e do "currículo vitae" do candidato julgar o mesmo em condições culturais de concorrer à cátedra.

§ 3.º A inscrição para o concurso será aberta dentro de 30 dias após a verificação da vaga de catedrático e pelo prazo de seis meses, sem prejuízo do disposto no art. 112.

Art. 99. O julgamento do concurso para provimento no cargo de professor catedrático será realizado por uma comissão de cinco membros especialistas na disciplina ou disciplinas correspondentes, dos quais dois serão professores catedráticos da Faculdade, eleitos pela Congregação, ouvido o Departamento respectivo, e três outros escolhidos pelo mesmo

Departamento, dentre professores de outras Faculdades ou Escolas ou pessoas de notório saber na especialidade.

Parágrafo único. A presidência da comissão caberá ao professor mais antigo dentre os eleitos pela Congregação.

Art. 100. Na apreciação dos títulos de cada candidato, a comissão julgadora seguirá as seguintes normas:

- I. Os títulos serão classificados em quatro grupos:
  - a) diplomas e quaisquer outras dignidades universitárias e acadêmicas apresentadas pelo candidato;
  - b) estudos e trabalhos científicos, filosóficos ou literários, especialmente daqueles que assinalem pesquisas originais ou revelen conceitos doutrinários pessoais de real valor;
  - c) atividades didáticas exercidas pelo candidato;
  - d) realizações práticas, de natureza técnica ou profissional, particularmente daquelas de interesse coletivo.

II. Cada um dos quatro grupos de títulos, acima indicados, receberá uma nota, de zero a dez, de cada examinador.

III. A nota final de cada examinador relativa aos títulos de cada candidato será a média ponderada, das notas por ele conferidas aos quatro grupos de títulos indicados no item I, sendo os seguintes os pesos respectivos:

- 1 — para diplomas e dignidades universitárias ou acadêmicas;
- 4 — para estudos e trabalhos;
- 4 — para atividades didáticas;
- 1 — para realizações práticas.

Parágrafo único. O simples desempenho de funções públicas, técnicas ou não, a apresentação de trabalhos cuja autoria não possa ser autenticada e a exibição de atestados gratuitos não constituem documentos idôneos.

Art. 101. O concurso de provas (art. 53, parágrafo único do Decreto n.º 19.851, de 11 de abril de 1931), constará de:

- a) defesa de tese (art. 3.º, § 1.º do Decreto-lei n.º 271, de 12 de fevereiro de 1938);
- b) prova didática;
- c) prova prática ou experimental nas cadeiras que a comportarem, ouvidos os respectivos Departamentos.

§ 1.º Na defesa de tese a comissão deverá apreciar a penetração intelectual, a cultura e a clareza de exposição reveladas pelo candidato no texto da tese e na maneira de defendê-la. Cada membro da comissão julgadora terá 30 minutos, no máximo, à sua disposição para arguir o candidato e este disporá de tempo igual para replicar.

§ 2.º A prova didática realizada perante a Congregação, constará de uma dissertação, durante 50 minutos, sobre ponto sortendo, com vinte quatro horas de antecedência, de uma lista de pontos organizada pela comissão julgadora, compreendendo assuntos do programa da disciplina ou disciplinas, na ocasião da abertura de inscrição do concurso.

§ 3.º A prova prática processar-se-á nos termos do art. 91.

Art. 102. O julgamento final do concurso de que tratam os artigos anteriores, obedecerá às seguintes normas:

- I. Cada examinador extrairá a média das notas que atribuir a cada um dos candidatos, somando a nota dos títulos e as notas das provas e dividindo a soma pelo número das provas exigidas, acrescido de uma unidade. (Art. 3.º, § 1.º, da Lei n.º 444, de 4 de junho de 1937).
- II. As notas de um examinador não se somam com as de outro.
- III. Serão habilitados os candidatos que alcançarem de três ou mais examinadores a média mínima de sete.
- IV. Cada examinador fará a classificação parcial dos candidatos, indicando aqueles a que tiver atribuído média mais alta.
- V. Cada examinador decidirá do empate entre as médias atribuídas por ele mesmo a dois candidatos e o empate entre os examinadores será decidido pela Congregação, em ato contínuo, e em tantos escrutínios quantos forem necessários.
- VI. Será indicado à Congregação para o provimento na cátedra o candidato que obtiver o maior número de indicações parciais.
- VII. A Comissão julgadora apresentará à Congregação, para aprovação ou recusa, minucioso relatório de seus trabalhos justificando a indicação do candidato, escolhido para o provimento na cátedra.

Parágrafo único. A rejeição do parecer exigirá o voto de dois terços da totalidade dos membros da Congregação.

Art. 103. A posse de professor catedrático será dada pelo Reitor em sessão solene da Congregação especialmente convocada para esse fim, podendo ser simultânea a posse de mais de um professor.

Parágrafo único. No ato da posse será conferido ao professor catedrático se o não tiver ainda, o grau de doutor no curso respectivo.

### CAPÍTULO IV

#### DISPOSIÇÕES COMUNS ÀS DIVERENTES PROVAS DE HABILITAÇÃO AO MAGISTÉRIO

Art. 104. A composição definitiva da comissão julgadora e o dia da sua instalação para início de concurso ou de provas de habilitação ao magistério, serão avisados aos candidatos inscritos com antecedência mínima de trinta dias, mediante edital afixado na portaria da Faculdade e publicado no órgão oficial.

Art. 105. As provas e os atos de julgamento de concurso ou de habilitação ao magistério serão invariavelmente públicas, excetuadas a prova prática e a prova escrita, quando houver.

Art. 106. Ao concorrente às provas de habilitação, a livre docência ou ao provimento na cátedra, que provar molestia por atestado de dois médicos nomeados pelo Diretor, é facultado requerer o adiamento da realização de qualquer prova, por oito dias no máximo, desde que não esteja sortendo ponto da prova que tiver de fazer.

Art. 107. Nas provas e nos atos de julgamento de concursos ou de habilitação ao magistério é indispensável a presença de todos os membros da comissão examinadora.

§ 1.º Se depois de iniciados os trabalhos se verificar o impedimento de um dos examinadores no maior de sete dias, as provas e o julgamento serão interrompidos; e, se o impedimento for maior de sete dias, os trabalhos prosseguirão com os membros restantes da comissão e validade plena de todos os seus atos.

§ 2.º Se depois de iniciados os trabalhos se verificar o impedimento simultâneo de dois ou mais examinadores, serão eles substituídos, pela forma regulamentar em que foram escolhidos os primeiros, e os trabalhos prosseguirão, respeitadas as notas de julgamento já exaradas pelos examinadores inopostos.



Art. 108. Nas deliberações da Congregação relativas ao Concurso, as provas de habilitação ao magistério ou à transferência de cátedra, só poderão votar os professores catedráticos efetivos.

Parágrafo único. Sempre que a Congregação contar menos de dois terços de professores catedráticos efetivos, as suas atribuições relativas a concurso ou a provas de habilitação ao magistério serão entregues ao Conselho Universitário.

Art. 109. Caberá recurso, exclusivamente de nulidade de julgamento de habilitação à livre docência, à Congregação; e de concurso para professor catedrático, ao Conselho Universitário.

### CAPÍTULO V

#### SUBSTITUIÇÕES, TRANSFERÊNCIAS, CONTRATOS E DISPONIBILIDADE

Art. 110. O professor catedrático, durante seus impedimentos, será substituído pelo professor adjunto e, na falta ou impedimento deste, pelo assistente que o catedrático indicar.

Art. 111. Em caso de vaga, a cátedra será ocupada pelo professor adjunto indicado pelo Departamento respectivo.

§ 1.º Na falta de professor adjunto poderá a Congregação, ouvido o Departamento respectivo, propor ao Conselho Universitário o contrato, por tempo nunca maior de três anos, de professor estranho à carreira.

§ 2.º Na falta de professor adjunto e se não se verificar a hipótese do parágrafo anterior, a cadeira vaga será provisoriamente regida pelo docente livre da cadeira que apresentar melhores títulos, ou, por um dos assistentes da cadeira ou por outro professor catedrático, indicado pelo Departamento respectivo.

§ 3.º No caso de ser indicado um dos assistentes, deverá ser preferido aquele que apresentar melhores títulos.

Art. 112. Antes da abertura do concurso, o provimento no cargo de professor catedrático pela transferência de professor de outra cátedra da Faculdade poderá ser proposto ao Conselho Universitário, mediante indicação de três professores, parecer de uma comissão especial e voto de dois terços da totalidade dos membros da Congregação.

Parágrafo único. A comissão mencionada será constituída nos termos do art. 77 e examinará no parecer os títulos do professor e se haverá vantagem para o ensino na transferência proposta.

Art. 113. O professor catedrático que tiver extinta a sua cátedra sem que haja vaga para a qual possa ser transferido, e que não possa ser aproveitado em cursos de pós-graduação ou de especialização será declarado em disponibilidade remunerada.

### CAPÍTULO VI

#### DEVERES E DIREITOS DO PESSOAL DOCENTE

Art. 114. Constituem deveres e atribuições do professor catedrático:

- I. Reger o ensino da disciplina ou das disciplinas correspondentes à cadeira e orientar todas as atividades docentes do professor adjunto, dos assistentes, instrutores e auxiliares de ensino da cadeira;
- II. Promover e estimular pesquisas relativas à cadeira;
- III. Obter e fazer obedecer pelos seus auxiliares ao horário de trabalhos escolares fixado pela administração;
- IV. Apresentar ao Departamento a que pertencer, para fins de aprovação e até 15 de dezembro de cada ano, o programa do curso de formação que elaborar para o ano letivo seguinte ou solicitar que seja considerada prorrogada a vigência do anteriormente aprovado;
- V. Obter e fazer obedecer pelos seus auxiliares ao programa da cadeira por ele elaborado com a aprovação do Departamento respectivo;
- VI. Fornecer, aos alunos, indicações bibliográficas e sempre que julgar oportuno o sumário de suas aulas;
- VII. Assinar o livro ou ficha de frequência, ao fim de cada aula, e registrar o assunto da mesma;
- VIII. Conferir notas às provas de rendimento escolar dos alunos, dentro dos prazos regimentais;
- IX. Destinar uma hora por semana, no mínimo, para atender, na sede da Faculdade, à consulta dos alunos;
- X. Tomar parte nos trabalhos dos Departamentos, da Congregação e da Assembléia Universitária;
- XI. Fazer parte das comissões examinadoras ou outras, para as quais for designado pelo Diretor ou pela Congregação;
- XII. Elaborar o plano dos cursos de pós-graduação e de extensão, relativos à cadeira, submetendo-o ao Departamento respectivo;
- XIII. Apresentar ao Diretor, anualmente, até 15 de janeiro, relatório circunstanciado dos trabalhos escolares do ano letivo findo, especificando a matéria dada, segundo o programa, as atividades dos alunos, o rendimento escolar dos mesmos, a maneira pela qual desempenharam suas funções os seus auxiliares de ensino, instrutores, assistentes e respectivo professor adjunto, bem como as atividades didáticas e de pesquisas, pessoalmente exercidas;
- XIV. Apresentar anualmente uma lista de novos livros e revistas relativos à cadeira;
- XV. Comunicar ao Diretor as autorizações que fizer para auxiliares de ensino;
- XVI. Propor ao Diretor a aplicação de penas disciplinares tanto ao corpo docente como aos docentes seus auxiliares;
- XVII. Obter e fazer obedecer às disposições deste Regimento;
- XVIII. Acatar e fazer acatar as determinações do Diretor e do Chefe do Departamento respectivo, baseadas na lei, no Estatuto da Universidade e neste Regimento;
- XIX. Sugerir ao Diretor as medidas que julgar convenientes para a eficiência do ensino.

Parágrafo único. O programa de cada disciplina deverá ser esgotado durante o ano letivo, e, caso isso não se verifique, o professor comunicará, em tempo, ao respectivo Departamento, cabendo a este indicar ao Diretor a solução mais conveniente aos interesses do ensino.

Art. 115. São direitos do professor catedrático:

- I. A vitaliciedade, a inamovibilidade e a jubilação, nos termos da lei;
- II. Ser eleito para o Conselho Universitário e para o Conselho de Curadores, nos termos do Estatuto;
- III. Ser indicado pelo Diretor para a Congregação, em lista tripla;
- IV. Propor ao Diretor, apresentando a devida justificação, os nomes

para instrutores, assistentes e professores adjuntos de sua cátedra;

- V. Perceber os proventos do cargo, autorizados em lei, no Estatuto da Universidade e neste Regimento; e fixado no orçamento;
- VI. Afastar-se das atividades didáticas, na Faculdade, até um ano, a fim de se dedicar a pesquisas relativas à cadeira, no país ou no exterior, ou para realizar cursos em Universidades estrangeiras, sem prejuízo dos seus direitos e vantagens, nos termos do art. 119 do Estatuto da U.B.
- VII. Ficar isento de trabalhos durante as férias escolares, salvo convocação extraordinária do Diretor;
- VIII. Receber bolsas destinadas a estudos no país e no exterior;
- IX. Alcançar o título de professor emérito, na forma do Estatuto da U.B.

§ 1.º Os catedráticos que tiverem sob sua responsabilidade, laboratórios ou gabinetes, disporão de uma dotação arbitrada pelo Diretor, a fim de atenderem às despesas de caráter urgente, relativas aos respectivos serviços.

§ 2.º Caberá ao Departamento respectivo verificar a proficiência dos trabalhos empreendidos pelo professor no caso do item VI, podendo propor a prorrogação do prazo concedido ou suspender a autorização.

Art. 116. São deveres e atribuições comuns, a professores adjuntos, assistentes, instrutores e auxiliares de ensino:

- I. Colaborar em todas as atividades docentes do professor catedrático, na forma que ele determinar, inclusive a realização das aulas que lhes forem distribuídas;
- II. Colaborar com o professor catedrático nos trabalhos de pesquisa, na forma que ele determinar;
- III. Fazer parte das comissões para as quais for designado pelo Diretor ou pelo Catedrático;
- IV. Obter e fazer acatar as determinações do professor catedrático, baseadas na lei, no Estatuto da Universidade e neste Regimento;
- V. Acatar e fazer acatar as determinações do professor catedrático, baseadas na lei, no Estatuto da Universidade e neste Regimento;
- VI. Sugerir ao professor catedrático as medidas que julgar convenientes para a eficiência do ensino;
- VII. Obter e fazer obedecer às disposições deste Regimento.

Art. 117. São direitos comuns a professores adjuntos, assistentes e instrutores:

- I. Perceber os proventos do cargo, de acordo com a lei e com o orçamento da Universidade;
- II. Receber bolsas destinadas a estudos no país e no exterior;
- III. Candidatar-se aos cargos superiores da carreira do professorado.

Art. 118. Constituem atribuições e deveres próprios do professor adjunto:

- I. Orientar trabalhos de seminário;
- II. Orientar as atividades dos assistentes e instrutores que o catedrático tiver designado para determinados trabalhos em conjunto e na forma que o catedrático estabelecer.

Art. 119. São direitos próprios do professor adjunto:

- I. Tomar parte nos trabalhos da Congregação e da Assembléia Universitária, enquanto ocupar interinamente a cátedra;
- II. Afastar-se das atividades didáticas da Faculdade, nos termos do item VI do art. 115.

Art. 120. São atribuições e deveres próprios do assistente:

- I. Orientar os alunos nos trabalhos monográficos e nos exercícios práticos;
- II. Comparecer às aulas do professor catedrático, salvo se este o isentar da obrigação para o fim de realizar trabalho determinado;
- III. Ser designado pelo Diretor para ocupar interinamente a cátedra vaga, na falta de professor adjunto respectivo;
- IV. Substituir o professor adjunto, nos seus impedimentos;
- V. Tomar parte nos trabalhos da Congregação, enquanto ocupar interinamente a cátedra.

Parágrafo único. É dever dos instrutores e assistentes de Didática Geral e Especial exercer atividade docente no Colégio de Aplicação até o limite máximo de 12 horas semanais.

Art. 121. São atribuições e deveres próprios do instrutor:

- I. Comparecer ao local das aulas, antes da hora de se iniciarem, a fim de dispor, segundo as indicações do professor catedrático, tudo quanto for necessário à eficiência didática;
- II. Registrar a frequência dos alunos às aulas, na ficha ou no livro apropriado;
- III. Preparar as cópias dos sumários de aula e indicações bibliográficas, distribuindo-as entre os alunos;
- IV. Realizar pesquisas bibliográficas e orientar os alunos a fazê-las;
- V. Colaborar na organização da biblioteca privativa da cadeira e zelar pela sua conservação;
- VI. Organizar o arquivo da cadeira e zelar pela sua conservação;
- VII. Exercitar o aluno na interpretação dos objetos do museu e no manejo de instrumentos e aparelhos de laboratório;
- VIII. Substituir o assistente impedido.

Art. 122. Na falta de instrutor as suas funções poderão ser exercidas pelo assistente mais novo no cargo ou por um auxiliar de ensino, se assim o determinar o professor catedrático.

Art. 123. Compete ao livre docente:

- I. Realizar cursos de extensão, cujo programa tenha sido aprovado pelo Departamento respectivo e pelo Conselho Universitário;
- II. Colaborar na realização de cursos de pós-graduação, segundo o plano do Departamento respectivo;
- III. Receber por suas atividades didáticas a remuneração prevista no orçamento da Universidade;
- IV. Fazer parte da Assembléia Universitária;
- V. Votar e ser votado para representante dos livres docentes na Congregação;
- VI. Votar e ser votado para representante dos livres docentes na Congregação, nos termos do artigo 57, "c", do Estatuto;
- VII. Concorrer para o provimento no cargo de professor catedrático;

VIII. Submeter as suas atividades docentes à fiscalização do Chefe do Departamento respectivo e aos dispositivos regimentais que lhes forem aplicáveis;

Art. 124. Compete ao professor contratado:

- I. Cooperar no curso de formação regido pelo professor catedrático;
- II. Realizar cursos de pós-graduação e de extensão;
- III. Executar e orientar pesquisas;
- IV. Reger o ensino de cadeira vaga;
- V. Perceber a remuneração fixada no contrato;
- VI. Submeter-se às condições do contrato e às disposições deste Regulamento.

§ 1.º No caso do item IV, o professor contratado terá os mesmos deveres e direitos que o professor catedrático, salvo no que respeita às prerrogativas exclusivas do catedrático efetivo, previstas neste Regulamento.

§ 2.º Não poderão ser contratados os candidatos inabilitados em provas para a livre docência ou em concurso da carreira de professorado.

## CAPÍTULO VII

### REGIME DE TEMPO INTEGRAL

Art. 125. O regime de tempo integral, que é a dedicação exclusiva aos trabalhos de magistério e pesquisa na Universidade, poderá ser aplicado na forma do presente regulamento a professores catedráticos, adjuntos, assistentes, instrutores, pesquisadores e técnico especializados.

Art. 126. O regime de tempo integral será concedido pelo Conselho Universitário, desde que fiquem satisfeitas as seguintes condições, além de outras que poderão ser estabelecidas pelos Departamentos da Faculdade, de acordo com suas necessidades específicas.

- I — apresentação de um plano de trabalhos ou de pesquisas;
- II — apresentação de "curriculum vitae" que justifique a concessão;
- III — conveniência para o país ou para o desenvolvimento da cultura universitária, em ser realizado o plano apresentado.

Art. 127. O requerimento para regime de tempo integral, instruído com documentos que demonstrem o preenchimento dos requisitos enumerados no artigo anterior, caso tenha o parecer favorável do respectivo Departamento, será encaminhado, pelo Diretor da Faculdade, ao Conselho Universitário.

Parágrafo único. O requerimento para regime de tempo integral por parte de adjuntos, pesquisadores, assistentes ou instrutores, deve ser acompanhado do parecer favorável do respectivo professor catedrático.

Art. 128. O regime de tempo integral é incompatível com o exercício de atividades gratuita ou remunerada, fora do círculo das pesquisas e ocupações universitárias.

Parágrafo único. Excetuam-se desta proibição as publicações de qualquer natureza, as conferências e comunicações, as comissões de caráter científico ou cultural dentro ou fora do país e as vantagens auferidas em contratos realizados pela Reitoria, na conformidade do Estatuto da Universidade, julgadas compatíveis com o regime de tempo integral pelo respectivo Departamento.

Art. 129. Cada Departamento, de acordo com suas necessidades específicas, estabelecerá as exigências relativas ao exercício das atividades do respectivo pessoal em regime de tempo integral.

Art. 130. Caso haja inventos ou descobertas científicas realizados por docentes em regime de tempo integral, que venham a ser explorados industrial ou comercialmente, dos lucros resultantes caberá um terço à Faculdade Nacional de Filosofia, o que servirá especificamente para o desenvolvimento dos serviços do Departamento onde se tiver feito a descoberta ou o invento.

## CAPÍTULO VIII

### PENALIDADES

Art. 131. O pessoal docente está sujeito às seguintes penas disciplinares:

- a) advertência;
- b) repreensão;
- c) suspensão até 8 dias;
- d) suspensão de 9 a 30 dias;
- e) afastamento temporário;
- f) destituição.

Art. 132. As penas previstas no artigo anterior serão aplicadas na forma seguinte:

#### I. Advertência:

- a) por transgressão de prazos regimentais ou falta de comparecimento a atos escolares para os quais tenha sido convocado, salvo justificação a critério do Diretor;
- b) falta de comparecimento aos trabalhos escolares, por mais de 8 dias consecutivos, sem causa participada e justificada.

#### II. Repreensão, na reincidência das duas alíneas anteriores.

#### III. Suspensão até 8 dias:

- a) por falta de acatamento às determinações das autoridades universitárias, baseadas na lei e neste Regulamento;
- b) por desrespeito, em geral, a qualquer disposição explícita neste Regulamento.

#### IV. Suspensão de 9 a 30 dias, na reincidência das duas alíneas anteriores.

#### V. Afastamento temporário:

- a) nos mesmos casos do item IV;
- b) por desídia no desempenho das funções.

#### VI. Destituição:

- a) por abandono das funções, sem licença, durante mais de 30 dias;
- b) por afastamento do cargo, por mais de 4 anos consecutivos, em atividades estranhas ao magistério, salvo o caso de funções públicas civis ou em comissão, na alta administração pública;
- c) por incompetência cultural, incapacidade didática, desídia invertebrada no desempenho das funções, ou atos incompatíveis com a moralidade e a dignidade da vida universitária.

d) por delitos sujeitos à ação penal.

Art. 133. As penas de advertência, repreensão e suspensão, até 8 dias, são da competência do Diretor; as de suspensão de 9 a 30 dias e a pena de afastamento temporário são da competência da Congregação.

Art. 134. A pena de destituição será proposta ao Conselho Universitário, pelo Diretor nos casos das alíneas a, b e d e pelo voto de dois terços da totalidade dos membros da Congregação no caso da alínea c do item VI do art. 132.

§ 1.º Em qualquer dos casos, a pena de destituição será proposta mediante processo administrativo no qual atuará uma comissão de professores catedráticos eleita pela Congregação.

§ 2.º Nas deliberações da Congregação relativas à pena de destituição, só poderão votar os professores catedráticos efetivos.

§ 3.º Os docentes que gozarem do direito de vitaliciedade só poderão ser destituídos após sentença do Poder Judiciário, por provocação da Universidade, e mediante o voto do Conselho Universitário.

Art. 135. Das penalidades impostas pelo Diretor e pela Congregação caberá recurso, respectivamente, ao Reitor e ao Conselho Universitário.

## SUB-TÍTULO II

### Do Pessoal Docente

## CAPÍTULO I

### DEVERES E DIREITOS

Art. 136. Compete aos alunos:

- I. Diligenciar no aproveitamento máximo do ensino;
  - II. Frequentar os trabalhos escolares na forma deste Regulamento;
  - III. Submeter-se às provas de rendimento escolar previstas neste Regulamento e a outras que forem exigidas pelos professores catedráticos;
  - IV. Abster-se de atos que possam importar em perturbação da ordem, ofensa aos bons costumes, desrespeito aos professores e às autoridades universitárias;
  - V. Contribuir para o prestígio sempre crescente da Faculdade e da Universidade;
  - VI. Observar todas as disposições deste Regulamento.
- Art. 137. São direitos dos alunos:
- I. Receber o ensino referente ao curso em que se matriculou;
  - II. Ser atendido pelo pessoal docente em todas as suas solicitações de orientação pedagógica;
  - III. Fazer parte do diretório acadêmico da Faculdade;
  - IV. Pleitear o aproveitamento de bolsas destinadas a estudos no país e no exterior;
  - V. Apelar das penalidades impostas pelos órgãos administrativos para os órgãos de administração de hierarquia superior;
  - VI. Comparecer à sessão da Congregação, do Conselho Departamental ou do Conselho Universitário, que tiver de julgar recursos sobre a aplicação de penas disciplinares que lhes houverem sido impostas.

## CAPÍTULO II

### PENALIDADES

Art. 138. Os alunos estão sujeitos às seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) repreensão;
- c) suspensão até 8 dias;
- d) suspensão de 9 a 30 dias;
- e) afastamento temporário;
- f) expulsão.

Art. 139. As penas previstas no artigo anterior serão aplicadas na forma seguinte:

#### I. Advertência:

- a) por desrespeito ao Diretor, a qualquer membro do corpo docente ou autoridade universitária;
- b) por desobediência às determinações do Diretor, de qualquer membro do corpo docente ou de autoridade universitária;
- c) por perturbação da ordem no recinto da Faculdade;
- d) por prejuízo material de patrimônio da Faculdade, além da obrigação de substituir o objeto danificado ou indenizá-lo.

#### II. Repreensão, na reincidência das quatro alíneas anteriores e mais:

- a) por ofensa ou agressão a outro aluno;
- b) por injúria a funcionário administrativo.

#### III. Suspensão até 8 dias, na reincidência das duas alíneas anteriores e mais:

- a) por improbidade na execução de trabalhos escolares;
- b) por injúria ao Diretor, a qualquer membro do corpo docente ou à autoridade universitária.

#### IV. Suspensão de 9 a 30 dias, na reincidência das duas alíneas anteriores.

#### V. Afastamento temporário:

- a) nos mesmos casos do item IV;
- b) por agressão ao Diretor, à autoridade universitária, a qualquer membro do corpo docente ou a funcionário administrativo.

#### VI. Expulsão:

- a) por atos desonestos, incompatíveis com a dignidade da corporação;
- b) por delitos sujeitos à ação penal.

Art. 140. As penas de advertência, repreensão e suspensão, até 8 dias, são da competência do Diretor; a pena de afastamento temporário e a pena de expulsão são da competência da Congregação.

Art. 141. A pena de expulsão será proposta ao Conselho Universitário pelo Reitor, mediante representação do Diretor.

Art. 142. Nos casos de aplicação das penas de afastamento temporário e de expulsão, o Diretor abrirá inquérito, ouvindo testemunhas e o acusado, sendo por escrito todas as convocações para qualquer ato de inquérito disciplinar.

§ 1.º Durante o inquérito o acusado não poderá ausentar-se nem obter transferência para outro estabelecimento de ensino superior.



§ 2.º Concluído o Inquérito, a aplicação da pena disciplinar será comunicada, por escrito, ao aluno culpado e ao seu responsável, se for menor, com a indicação dos motivos que a determinaram.

Art. 143. Das penalidades impostas pelo Diretor e pela Congregação, caberá recurso, respectivamente, ao Reitor e ao Conselho Universitário.

### SUB-TÍTULO III

#### Do Pessoal Administrativo

#### CAPÍTULO I

##### DEVERES E RESPONSABILIDADES DOS SERVIDORES

Art. 144. São deveres do funcionário, além dos que lhe couberem pelo cargo ou função:

- I. Comparecer decentemente trajado ou com o uniforme que for, determinado, ao serviço da repartição e nele permanecer no horário ordinário estabelecido, ou nas horas extraordinárias para que for convocado, executando os trabalhos que lhe forem atribuídos;
- II. Cumprir, disciplinadamente, as ordens de serviço dos superiores hierárquicos;
- III. Desempenhar, com zelo e presteza, os trabalhos de que for incumbido;
- IV. Guardar o devido sigilo sobre os assuntos da instituição e sobre despachos, decisões ou providências;
- V. Representar a seus chefes imediatos sobre as irregularidades de que tiver conhecimento, ocorridas na dependência em que servir;
- VI. Manter o espírito de cooperação com os companheiros de trabalho, em tudo que interessar ao bem comum da Faculdade;
- VII. Zelar pela poupança do material, da instituição e pela conservação do que for confiado a sua guarda;
- VIII. Observar as normas de disciplina, ordem, respeito hierárquico, compostura, no recinto da instituição;
- IX. Tratar com urbanidade, cortesia e solicitude ao público e às partes que tenham interesses a tratar.

Art. 145. É vedado a qualquer funcionário administrativo, salvo com delegação expressa de poderes do Diretor, corresponder-se em caráter oficial com pessoas ou instituições estranhas à Faculdade.

Art. 146. São considerados secretos todos os atos em elaboração na administração, até que, completados, possam ser dados à publicidade ou ao conhecimento das partes, legitimamente interessadas.

Art. 147. A Faculdade não devolverá aos alunos os documentos que exigir para efeitos legais, mas, somente, certidões dos mesmos, exceto carteira de identidade e prova de quitação do serviço militar.

Art. 148. É vedado, ainda, ao funcionário:

- I. Afastar-se do serviço sem permissão do seu superior, ou deixar acéfalo, ou deserta, a dependência em que exercer as suas funções.
- II. Permitir a entrada de pessoas estranhas no recinto da repartição;
- III. Censurar ou criticar os atos ou pessoas de professores e funcionários da Faculdade, a não ser pelos meios legais de representação;
- IV. Retirar sem prévia permissão, ou autorização do responsável, qualquer documento ou objeto existente na instituição;
- V. Entreter-se durante as horas do expediente ou trabalho, em ocupações estranhas ao serviço;
- VI. Deixar de comparecer ao serviço sem causa justificada ou sem se comunicar em tempo útil, com seu superior imediato;
- VII. Atender a pessoas, na repartição, para tratar de assuntos particulares;
- VIII. Promover manifestações de aprêgo ou desaprêgo, dentro da repartição, ou tornar-se solidário com elas;
- IX. Exercer comércio entre companheiros de serviço ou promover ou subverter listas de donativos dentro da repartição;
- X. Valer-se de sua qualidade de funcionário para melhor desempenhar atividades estranhas às suas funções, ou para lograr proveito, direto ou indiretamente, por si, ou interposta pessoa.

Art. 149. O funcionário é responsável:

- I. Pelos prejuízos que causar à Fazenda da Faculdade, por dolo, ignorância, indolência, negligência, ou omissão;
- II. Pela sonegação de valores e objetos confiados à sua guarda ou responsabilidade, ou por não prestar contas ou não as tomar dentro dos prazos regulamentares, regimentais, ou fixados em instruções ou ordens de serviço;
- III. Por não promover a responsabilidade de subordinados seus;
- IV. Em geral, por quaisquer abusos ou omissões em que incorrer no exercício do cargo ou função.

Parágrafo único. A responsabilidade administrativa não eximirá o funcionário da responsabilidade civil ou criminal que no caso couber, nem tampouco o pagamento da indenização, a que ficar obrigado, o isentará da pena disciplinar em que incorrer.

#### CAPÍTULO II

##### VANTAGENS E LOTAÇÃO DO PESSOAL

Art. 150. A função de secretário será exercida por um oficial administrativo, lotado na Universidade, e designado pelo Diretor.

Art. 151. A função de chefe será exercida:

a) A da Divisão de Administração, por um oficial administrativo, lotado na Faculdade ou na Universidade, designado pelo Diretor, ouvido o Secretário;

b) A da Divisão de Ensino por um técnico especializado, de comprovada ilustração, competência, capacidade de organização e idoneidade moral, de preferência entre os formados por esta Faculdade.

§ 1.º Não havendo, lotado na Faculdade, servidor julgado capaz para a função de chefe da Divisão de Ensino, referida na letra "b", deste artigo, será, então, proposta a admissão de pessoa comprovadamente habilitada, por seus títulos (título de, e desempenhá-la, tendo preferência, em igualdade de condições, os formados por esta Faculdade.

§ 2.º Na escolha de servidores, lotados na Faculdade, para a função de dirigente de setor ou de encarregado de turma deverá predominar, sempre, o critério do merecimento.

Art. 152. O servidor designado para exercer a função de chefe perceberá a gratificação que for estabelecida no orçamento.

Art. 153. A prestação de serviço extraordinário por servidor administrativo, será remunerada:

- a) ou por hora de trabalho, antecipada ou prorrogada, na razão de um terço do vencimento de um dia, para cada hora de serviço extraordinário, excluída a primeira hora;
- b) ou por arbitramento prévio pelo Diretor.

Parágrafo único. A prestação de serviço extraordinário dependerá de convocação do servidor pelo Diretor, por iniciativa própria ou proposta justificada do responsável imediato pelo serviço.

Art. 154. A lotação dos serviços administrativos e as categorias de servidores na Faculdade, serão as aprovadas pelo Conselho Departamental.

Parágrafo único. Além dos servidores lotados, a administração da Faculdade poderá admitir outros, segundo as possibilidades orçamentárias.

Art. 155. O Diretor poderá ter, para seu serviço pessoal, um secretário-dactilógrafo de sua imediata confiança, designado dentre os funcionários do quadro, ou admitido na forma regulamentar.

Art. 156. A situação, os deveres e vantagens, além dos especificados neste Regulamento, e os direitos, quanto à diárias, ajudas de custo, férias, licenças, concessões, vencimentos, remuneração, estabilidade, disponibilidade, aposentadoria, acumulação, assistência, petição do pessoal administrativo da Faculdade, bem como as penalidades de que, o mesmo, é passível, são os estabelecidos no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, e legislação subsequente.

Art. 157. O membro do corpo docente ou discente, que for designado pelo Diretor para a elaboração, execução, ou desempenho de trabalho ou encargo extraordinário, técnico, científico, ou de ensino, considerado de utilidade ou necessidade para a Faculdade, perceberá uma gratificação, que será arbitrada pelo Conselho Departamental.

### TÍTULO V

#### Da Administração

#### SUB-TÍTULO I

##### DA DIREÇÃO

Art. 158. A direção e a administração da Faculdade serão exercidas pelos seguintes órgãos:

- a) Congregação;
- b) Diretoria, exercida por um Diretor;
- c) Conselho Departamental.

#### CAPÍTULO I

##### CONGREGAÇÃO

Art. 159. A Congregação, órgão superior de direção pedagógica e didática da Faculdade será assim constituída:

- a) pelos professores catedráticos no exercício de suas funções;
- b) pelos professores na regência de cátedra, na forma deste Regulamento;
- c) por um representante dos docentes livres;
- d) pelos professores catedráticos em disponibilidade;
- e) pelos professores eméritos.

Parágrafo único. O representante dos docentes livres será por estes eleito em reunião presidida pelo Diretor e servirá por um triênio.

Art. 160. As sessões da Congregação consistirão de duas partes:

- I. Expediente, com a duração máxima de meia hora, para leitura, discussão e aprovação da ata da sessão anterior, e para leitura da correspondência e documentos entregues à Mesa, podendo ser dada a palavra para qualquer assunto, se houver sobra de tempo;
- II. Ordem do dia, para discussão e votação do assunto indicado na convocação.

§ 1.º Na fase de discussão cada professor só poderá falar durante dez minutos, de cada vez, e, depois de encerrada a discussão, cada professor só poderá falar uma vez sobre o mesmo assunto, durante cinco minutos, para encaminhar a votação.

§ 2.º O presidente da sessão não poderá ser apartado, nem apartear, salvo, neste último caso, para manter a ordem dos trabalhos.

§ 3.º O pedido da palavra pela ordem preterirá a qualquer outro.

§ 4.º Compete ao presidente das sessões resolver as questões de ordem.

Art. 161. Os textos das resoluções propostas à deliberação da Congregação deverão ser distribuídos aos professores com antecedência mínima de 48 horas.

Art. 162. As resoluções da Congregação sujeitar-se-ão a uma única discussão, podendo excepcionalmente submeter-se a duas discussões, mediante requerimento aprovado pela Casa.

Art. 163. Matéria vencida não poderá voltar à discussão senão no ano letivo seguinte, salvo resolução em contrário da Congregação pelo voto expresso de dois terços da totalidade de seus membros.

Art. 164. A aprovação do requerimento de urgência permitirá alterar a ordem do dia e dispensar as exigências dos arts. 163 e 168, § 1.º.

Art. 165. Compete à Congregação:

- I. Eleger, por votação uninominal e em três escrutínios sucessivos, dentre os professores catedráticos efetivos, em exercício, três nomes para a constituição da lista triplíce destinada à escolha do Diretor;
- II. Eleger, pelo processo uninominal, dois dos seus membros para as comissões examinadoras de concursos para o magistério, bem como os professores que devem fazer parte das comissões examinadoras de teses;
- III. Deliberar sobre todas as questões relativas ao provimento em cargos de magistério, na forma da legislação e deste Regulamento;
- IV. Deliberar, em primeira instância, sobre a destituição de membros do magistério;
- V. Propor ao Conselho Universitário, por sugestão do Departamento interessado, aprovada pelo Diretor, o contrato de professor nacional ou estrangeiro, para a execução de pesquisas, regências de cátedra vaga, realização de cursos de pós-gradua-

- ção, extensão, aperfeiçoamento, especialização ou doutorado;  
 VI. Eleger o seu representante para o Conselho Universitário, entre os professores catedráticos em exercício;  
 VII. Deliberar sobre todas as questões pedagógicas e de patrimônio pertencendo ao Diretor, ou aos poderes competentes, por seu intermédio, as providências que julgar necessárias à boa marcha dos trabalhos escolares e à eficiência do ensino;  
 VIII. Colaborar, quando solicitado, com a Diretoria da Faculdade e com os órgãos da administração geral da Universidade, em tudo quanto possa interessar a vida universitária;  
 IX. Eleger, trienalmente, o vice-diretor da Faculdade;  
 X. Autorizar a concessão de prêmios escolares;  
 XI. Exercer as demais atribuições constantes deste Regimento.

Art. 164. A Congregação reunirá-se ordinariamente no início e no encerramento das aulas, e extraordinariamente, quando for julgado necessário pelo Diretor, pela maioria dos membros de um Departamento, ou ainda, quando um terço, pelo menos, dos professores, em exercício, o requerirem.

1.ª Excluídos os casos de excepcional urgência, a convocação dos membros da Congregação para as suas sessões, será feita por convite expedido pelo Diretor, com antecedência mínima de 48 horas, e no qual serão sempre declarados os fins da reunião.

2.ª Se, trinta minutos após a hora fixada, não houver comparecido número suficiente, o Diretor fará lavrar um termo, indicando os nomes dos professores que deixaram de comparecer e os motivos que hajam determinado a ausência, assinando com o secretário.

3.ª Se, trinta minutos após a hora fixada, não houver comparecido o Diretor, assumirá a presidência da Congregação, para início dos trabalhos o vice-diretor, ou, na sua falta, o membro do Conselho Departamental mais antigo no magistério da Faculdade.

4.ª Em casos especiais, o convite expedido pelo Diretor, referido no parágrafo 1.º, poderá anunciar duas convocações da Congregação para o mesmo dia, a segunda das quais uma hora após a primeira, deliberando a Congregação, quando assim reunida, com qualquer número de membros presentes, exceto para os casos em que este Regimento determine maioria absoluta, ou dois terços de seus membros, para deliberação.

5.ª A presença às sessões da Congregação pretere qualquer outro trabalho escolar.

Art. 165. A Congregação poderá funcionar desde que presentes metade e mais um de seus membros, e deliberará por maioria de votos, salvo nos casos em contrário, expressos neste Regimento.

1.ª O Diretor terá, além de seu voto, o de qualidade.

2.ª Nenhum membro da Congregação poderá votar em deliberações que possam ser o interesse.

3.ª Nas questões de natureza administrativa, terão direito a votar somente os professores catedráticos.

4.ª Os professores contratados na regência de cátedras, participarão das reuniões da Congregação sem direito a voto.

5.ª As sessões da Congregação poderão durar até três horas prorrogáveis por prazos de uma hora mediante requerimento aprovado pela Casa.

6.ª A votação poderá ser:

a) simbólica;

b) secreta, quando se tratar de eleições ou de assuntos de caráter pessoal;

c) nominal, quando a requerimento de um dos presentes assim deliberar o plenário.

7.ª Quando se tratar de votação nominal, a chamada será feita segundo a ordem das assinaturas, na lista de presenças.

8.ª Quando, no decurso de uma sessão, se verificar falta de número, a discussão prosseguirá, ficando adiadas as votações para quando, na mesma sessão, ou em outra, estiver presente o número regimental.

9.ª Escolhida a matéria da ordem do dia, o Diretor poderá conceder a palavra a qualquer dos membros da Congregação que deseje tratar de assunto pertinente ao ensino.

Art. 166. A requerimento de qualquer dos membros da Congregação e aprovação do plenário, poderão os trabalhos tomar o caráter secreto; da mesma forma, poder-se-á decidir sobre o sigilo de qualquer das deliberações.

## CAPÍTULO II

### DIRETOR

Art. 167. O Diretor será nomeado pelo Reitor, com prévia aprovação do Presidente da República, obtida por intermédio do Ministério da Educação e Saúde, sendo a escolha feita em face da lista tríplice organizada pela Congregação na forma do art. 165.

Parágrafo único. Caberá ao Vice-Diretor, na ausência ou impedimento do Diretor, substituí-lo na direção da Faculdade, na presidência do Conselho Departamental e da Congregação.

Art. 168. Constituem atribuições do Diretor:

- I. Entender-se com os poderes superiores sobre todos os assuntos de interesse da Faculdade e que dependam de decisões daqueles.
- II. Representar a Faculdade em quaisquer atos públicos e nas relações com outros membros da administração pública, instituições científicas e corporações particulares.
- III. Representar a Faculdade em Juízo e fora dele.
- IV. Fazer parte do Conselho Universitário.
- V. Assinar, conjuntamente com o Reitor, os diplomas expedidos pela Faculdade e conferir o grau.
- VI. Enviar ao Reitor a proposta de orçamento anual da Faculdade.
- VII. Apresentar anualmente ao Reitor, um relatório das atividades realizadas na Faculdade, assinalando as providências indicadas para maior eficiência do ensino.
- VIII. Executar e fazer executar as resoluções da Congregação e dos Departamentos da Faculdade.
- IX. Executar e fazer executar as decisões do Reitor e do Conselho Universitário.

X. Convocar a Congregação e o Conselho Departamental e presidir-lhe os trabalhos.

XI. Superintender todos os serviços administrativos da Faculdade.

XII. Fiscalizar o emprego das verbas autorizadas, de acordo com os preceitos da contabilidade.

XIII. Remover de um para outro serviço as funcionários administrativos, de acordo com as necessidades ocorrentes.

XIV. Organizar os horários, ouvidos os diferentes Departamentos.

XV. Fiscalizar a fiel execução do regime didático, especialmente no que respeita à observância do horário e dos programas e às atividades do corpo docente e do corpo discente da Faculdade.

XVI. Manter a ordem e a disciplina em todas as dependências da Faculdade e propor à Congregação ou ao Reitor, conforme os casos, as providências de exceção que se façam necessárias.

XVII. Conceder férias.

XVIII. Assinar e expedir certificados dos cursos de aperfeiçoamento e de especialização.

XIX. Nomear professores adjuntos, assistentes, instrutores e docentes-livres e dar-lhes posse.

XX. Designar as comissões que não tiverem de ser feitas pela Congregação ou pelos Departamentos.

XXI. Exercer a presidência das mesas examinadoras em que funcionar.

XXII. Aplicar as penalidades regulamentares.

XXIII. Exercer a administração financeira da Faculdade.

XXIV. Exercer as demais atribuições que lhe competirem nos termos do Estatuto da Universidade e deste Regimento.

## CAPÍTULO III

### CONSELHO DEPARTAMENTAL

Art. 171. O Conselho Departamental, órgão consultivo do Diretor, para o estudo e solução de todas as questões administrativas e financeiras da Faculdade, será constituído pelos chefes de Departamentos e pelo presidente do Diretorio Acadêmico.

Art. 172. São atribuições do Conselho Departamental:

- I. Organizar o seu Regimento;
- II. Emitir parecer sobre a proposta de orçamento anual da Faculdade elaborado pelo Diretor;
- III. Emitir parecer sobre os assuntos administrativos que lhe forem apresentados pelo Diretor.

Art. 173. Os membros do Conselho Departamental perceberão na sessão a que comparecerem uma gratificação arbitrária pelo Conselho Universitário.

## SUB-TÍTULO II

### Da Biblioteca

#### CAPÍTULO I

##### FINS

Art. 174. A Biblioteca é órgão complementar das finalidades culturais da Faculdade, ao qual compete manter, devidamente organizadas, coleções especializadas de livros, publicações periódicas, manuscritos, mapas e outras espécies bibliográficas, referentes aos assuntos que integram os seus programas de ensino.

#### CAPÍTULO II

##### ACÉRVO

Art. 175. A aquisição de material bibliográfico, por compra, faz-se a com autorização do Diretor e mediante solicitação escrita:

- a) dos professores;
- b) do bibliotecário chefe;
- c) dos alunos.

Art. 176. Os exemplares de publicações editadas pela Faculdade, duplicatas, livros e periódicos, que não tenham utilidade para a Biblioteca, poderão ser permutados com instituições nacionais e estrangeiras e colecionadores particulares.

Art. 177. Todas as publicações integrantes do acervo da Biblioteca deverão ser registradas, excetuadas as publicações de valor efêmero, da forma estabelecida em ordem de serviço do Diretor.

Art. 178. Além dos carimbos ou sinetes, os livros e outros materiais, deverão ser marcados com um ex-libris a ser adotado pela Biblioteca.

Parágrafo único. As doações de coleções de valor serão assinaladas com ex-libris especiais, devendo as fichas do catálogo mencionar tal particularidade, a fim de homenagear aos doadores.

Art. 179. As publicações periódicas e os livros saídos em fascículos, cadernos ou partes, terão registro em fichas individuais, onde serão anotados à medida que ingressarem na Biblioteca.

Parágrafo único. Depois de formarem volumes completos, os periódicos ou publicações parceladas, serão registrados, volume por volume, no registro de livros.

## CAPÍTULO III

### CATALOGAÇÃO

Art. 180. A Biblioteca manterá catálogos para uso interno do pessoal, e catálogos para uso público, na conformidade do que for estabelecido em ordem de serviço do Diretor.

Art. 181. A Biblioteca organizará o catálogo coletivo das Bibliotecas brasileiras, com fichas impressas para intercâmbio de catalogação e a contribuição de outras fontes, a fim de servir de instrumento de informação e de pesquisa bibliográfica aos seus consulentes.

## CAPÍTULO IV

### CONSULTA

Art. 182. O horário do funcionamento da Biblioteca será fixado pelo Diretor da Faculdade.

Art. 183. O processo de consulta das obras constantes da Biblioteca, será regulado por instruções baixadas pelo Diretor.



Art. 184. O livre acesso às estantes ficará condicionado aos recursos de pessoal de que a Biblioteca dispuser, na ocasião, para uma fiscalização rigorosa.

Art. 185. O Bibliotecário poderá propor ao Diretor da Faculdade, a proibição de entrada e uso da Biblioteca, ao aluno que, admoestado por qualquer transgressão, ali verificada, não atenda ao funcionário da Biblioteca.

Art. 186. O Diretor da Faculdade determinará as penalidades a serem aplicadas em casos de faltas mais graves, cometidas no recinto da Biblioteca.

Art. 187. O Bibliotecário-chefe, com aprovação do Diretor, poderá permitir a qualquer pessoa idônea, estranha à Faculdade, a consulta no salão de leitura, desde que não haja prejuízo para os professores, alunos ou funcionários administrativos.

Art. 188. Fora das horas de expediente, o salão da Biblioteca só poderá ser utilizado para reuniões ou conferências, mediante autorização do Diretor da Faculdade e sob rigorosa fiscalização.

## CAPÍTULO V

### EMPRÉSTIMO

Art. 189. Os livros, folhetos e publicações periódicas, pertencentes ao acervo da Biblioteca, poderão ser emprestados para leitura a domicílio:

- aos membros do corpo docente;
- aos alunos regularmente matriculados;
- aos funcionários administrativos;
- aos intelectuais, estudantes, professores nacionais e estrangeiros e a ex-alunos da Faculdade, mediante autorização escrita do Diretor.

Art. 190. Todo aquele que tomar por empréstimo, livros ou quaisquer outras espécies bibliográficas, pertencentes à Biblioteca, será obrigado a cumprir tudo quanto for determinado no presente Regulamento ou em instruções que venham a ser promulgadas posteriormente, para complementar os dispositivos nele mencionados.

Parágrafo único. O empréstimo aos membros do corpo docente para uso em dependências internas da Faculdade, ou para uso domiciliar, será regulado em instruções especiais, baixadas pelo Diretor da Faculdade.

Art. 191. Não podem sair da Biblioteca, para consulta domiciliar:

- trabalhos manuscritos inéditos;
- obras raras ou de subido valor, pelo conteúdo, pela encadernação, ou pelo preço;

- obras de referência, tais como enciclopédias, dicionários, bibliografias (das quais a Biblioteca não possua exemplares múltiplos) e as obras em muitos volumes, salvo, neste último caso, com autorização especial do Diretor;

- outras obras que, a juízo do Bibliotecário, possam em caso de perda ou dano, acarretar prejuízo irreparável para a Biblioteca;

- as obras assiduamente consultadas, das quais a Biblioteca possua somente um exemplar.

Art. 192. O Diretor da Faculdade determinará, em portaria, quantos volumes poderão ser emprestados a um mesmo leitor, em cada prazo estipulado para consulta domiciliar.

Art. 193. Enquanto estiver em nome do consulente, livro ou publicação periódica, emprestados pela Biblioteca, será ele o responsável pela guarda e conservação do mesmo. Essa responsabilidade só terminará depois da baixa, verificada com a restituição do material bibliográfico.

## CAPÍTULO VI

### SERVIÇO DE BIBLIOGRAFIA E REFERÊNCIA

Art. 194. Logo que os recursos de pessoal e material o permitam, a Biblioteca manterá um serviço de Bibliografia e Referência a fim de prestar toda a sorte de auxílio à leitura e às pesquisas bibliográficas, organizando para esse fim:

- catálogo coletivo das Bibliotecas brasileiras;
- publicação de listas ou boletins bibliográficos e catálogos especiais;
- coleções de obras de Bibliografia e Referência;
- arquivo de notas, apontamentos, recortes de publicações periódicas e outros sobre assuntos que interessem à Biblioteca;
- empréstimo inter-bibliotecário;
- serviço de instrução e propaganda bibliotecária;
- cooperação com o serviço de aquisição do material bibliográfico.

## CAPÍTULO VII

### ATRIBUIÇÕES DO BIBLIOTECÁRIO

Art. 195. Ao Bibliotecário-chefe da Biblioteca, incumbe:

- superintender, coordenar e fiscalizar os trabalhos da Biblioteca;
- distribuir o pessoal, na medida das necessidades de serviço;
- fazer manter a ordem e disciplina na Biblioteca e dependências, representando, ao Diretor da Faculdade, contra infratores, no caso de aplicação de penalidades;
- apresentar relatórios bi-mensais sobre as atividades da Biblioteca;
- organizar instruções de serviço;
- solicitar do Diretor da Faculdade os recursos necessários ao funcionamento da Biblioteca;
- propor medidas atinentes à melhoria dos serviços;
- representar contra faltas cometidas pelos serventuários sob sua responsabilidade;
- solicitar do Diretor da Faculdade providências sobre extravio, perda de livros, pagamento de multas, no caso de não ter sido atendido pelo leitor faltoso;

Art. 196. O Bibliotecário-chefe, será substituído, automaticamente, em suas faltas e impedimentos, pelo serventuário de maior graduação hierárquica, com exercício na Biblioteca, salvo determinação em contrário expressa em portaria baixada pelo Diretor da Faculdade.

## CAPÍTULO VIII

### BIBLIOTECAS ESPECIALIZADAS E BIBLIOTECAS DEPARTAMENTAIS

Art. 197. Como parte integrante do acervo, da Biblioteca, subordinando-se aos mesmos processos de aquisição, registro e catalogação dos livros, haverá:

- Bibliotecas Especializadas, anexas às diferentes cadeiras, que conterão as obras mais diretamente relacionadas com os estudos e trabalhos de aplicação do corpo docente e alunos respectivos;
- Bibliotecas Departamentais, que serão formadas de obras de in-

teresse comum aos grupos de cadeiras que compoem cada Departamento.

Parágrafo único. O acervo das Bibliotecas Especializadas e das Departamentais ficará sob a guarda, responsabilidade e gestão dos respectivos catedráticos e chefes de Departamento.

## SUB-TÍTULO III

### Dos Serviços Administrativos

## CAPÍTULO I

### ORGANIZAÇÃO

Art. 198. As atividades administrativas da Faculdade, não compreendidas nas atribuições da Direção, da Biblioteca, e dos Departamentos, ficarão a cargo da Secretaria.

Art. 199. Constituirão a Secretaria as seguintes dependências, que funcionarão superintendidas pelo Secretário da Faculdade, sob a orientação superior do Diretor:

I. Divisão de Administração;

II. Divisão de Ensino.

Art. 200. A Divisão de Administração compreenderá os seguintes setores:

I. Setor de Pessoal, com as seguintes turmas:

- Expediente;
- Assentamentos;

II. Setor de Comunicações, com as seguintes turmas:

- Protocolo;
- Circulação Interna;
- Expedição;

III. Setor de Portaria, com as seguintes turmas:

- Limpeza e Conservação;
- Policimento e Transmissão;

IV. Setor de Documentação, com as seguintes turmas:

- Arquivo;
- Cartório;

V. Setor de Almoxarifado Seccional;

VI. Setor de Contadoria Seccional.

Art. 201. A Divisão de Ensino compreenderá os seguintes setores:

I. Setor de Expediente Escolar;

II. Setor de Planejamento e Estatística, com as seguintes turmas:

- Planejamento;
- Estatística.

III. Setor de Execução;

IV. Setor de Publicidade, Fotografia e Desenho, com as seguintes turmas:

- Publicidade;
- Fotografia e Desenho.

## CAPÍTULO II

### DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS

Art. 202. Compete à Divisão de Administração:

I. Pelo Setor de Pessoal, turmas de Expediente e Assentamento:

- manter em dia os assentamentos de todo o pessoal docente e administrativo da Faculdade;
- Organizar, mensalmente, o boletim de frequência dos servidores administrativos e do corpo docente, a deste, pelas fichas para tal fim fornecidas;
- Preparar e controlar a correspondência oficial, informar nos processos e expedir os atos relativos ao pessoal docente e administrativo da Faculdade;
- Encarregar-se do expediente relativo à realização dos concursos para provimentos de cargos docentes.

II. Pelo Setor de Comunicações, turmas de Protocolo, Circulação Interna e Expedição:

- Registrar em fichário numérico, nominal e por assunto, todos os papéis remetidos à Faculdade, observando, rigorosamente, na inscrição, a ordem de entrada, e fornecendo aos legítimos interessados o número de registro;
- Prestar esclarecimentos e informar, aos interessados diretos, do despacho final, ou conclusão, em seus requerimentos ou papéis;
- Receber e distribuir a correspondência destinada à Faculdade e ao pessoal docente, administrativo e discente (a este, por intermédio do Diretório Acadêmico) mantendo um registro de entrada e de entrega da dita correspondência;
- Proceder ao trânsito interno, da administração para o corpo docente ou para o Diretório Acadêmico, e entre os diferentes serviços, de papéis, documentos e expediente de caráter oficial, quando determinado pelos órgãos competentes, mantendo para isso um registro de entrega;
- Verificar que não seja expedido, qualquer papel, sem o visto do Diretor ou do Secretário;
- Encaminhar, ao respectivo destino, toda a correspondência oficial da Faculdade, mantendo, para isso, um registro de saída.

III. Pelo Setor de Portaria, turmas de Limpeza e Conservação e Policiamento e Transmissão:

- Providenciar para que o edifício da Faculdade seja, diariamente, aberto antes de iniciados, e fechado depois de findos os trabalhos escolares;
- Manter em ordem e assento o edifício da Faculdade, e suas dependências;
- Preparar o recinto, com a necessária antecedência, para atos especiais ou extraordinários, ou solenidades, sempre que lhe for determinado pelo chefe do serviço ou pelo Secretário;
- Ter a seu cargo as chaves do edifício e de suas dependências, verificando que nenhum servidor ou aluno da Faculdade, sem autorização expressa, por escrito, do Diretor, faça uso de chaves próprias para livre acesso ao interior, ou suas peças, e mantendo um registro dessas autorizações;
- Ter sob sua guarda e fiscalização os ascensores e as redes internas de iluminação, força, Água, esgotos e gás;
- Encarregar-se de todo serviço oficial da Faculdade, de in-

dança, transporte interno e externo e carga e descarga de volumes;

7. Exercer o policiamento no interior do edifício da Faculdade e suas dependências e imediações, providenciando sempre que necessário.

**IV. Pelo Setor de Documentação, turmas de Arquivo e Cartório:**

1. Guardar, e conservar, os documentos finidos da Faculdade;
2. Organizar, sistematicamente, a catalogação do que estiver sob sua guarda, de modo a que se encontrem, com rapidez, os documentos procurados;
3. Informar, a parte que lhe for pertinente, nas certidões que devam ser expedidas;
4. Organizar a coleção de leis que interessarem à Faculdade, e verificar, no *Diário Oficial*, os atos referentes ao ensino e à instituição, anotando-os em fichas especiais, classificadas;
5. Coligir, e classificar, a documentação referente à Faculdade e a necessária ao estudo e orientação de seus problemas de administração;
6. Processar os pedidos de matrícula, de inscrição em provas, exames, concursos e demais atos escolares;
7. Expedir diplomas, certificados de estudos, certidões relativas às atividades escolares, e a outros atos destinados a fazer prova de habilitação científica, técnica, ou de cumprimento de obrigações escolares;
8. Manter a escrituração de matrículas e os assentamentos pessoais dos estudantes, até fechamento das matrículas respectivas.

**V. Pelo Setor de Almoxarifado Seccional, que funcionará em estreita colaboração com o Almoxarifado Central da Universidade:**

1. Promover, junto à Rectoria, os atos necessários à aquisição de material;
2. Encaminhar à Rectoria, após registro na Contadoria Seccional, as contas apresentadas;
3. Fornecer os elementos necessários à elaboração da proposta orçamentária, anual, da Faculdade, na parte referente a material;
4. Providenciar sobre o conserto e conservação do material em uso;
5. Propor a troca, cessão, ou venda, do material considerado em desuso, bem como a baixa de responsabilidade do mesmo;
6. Encaminhar ao órgão competente, todos os dados relativos à contabilidade referente ao material;
7. Escriturar, para controle de requisição, os créditos destinados ao material;
8. Inventariar, anualmente, o material da Faculdade;
9. Preparar a correspondência oficial que for de sua alçada, informar nos processos e expedir todos os atos relativos aos bens móveis e imóveis e aos contratos e direitos patrimoniais da Faculdade;
10. Atender aos pedidos formulados pelos professores catedráticos, ou pelos funcionários mediante requisição visada pelo Secretário e recibo de funcionário a que for entregue;
11. Encaminhar à Rectoria, depois de aprovado e autorizado pelo Diretor, a relação do material a adquirir-se e informar do andamento dos respectivos processos aos interessados;
12. Providenciar sobre a aquisição de todo o material de expediente, timbrado ou impresso, necessário ao serviço e trabalhos da Faculdade;
13. Manter em ordem o almoxarifado e zelar pelo material adquirido e depositado, até sua entrega aos professores ou funcionários;
14. Receber o material adquirido, fiscalizando, à entrada, sua qualidade e quantidade, bem como quaisquer outras condições pré-estabelecidas, salvo em se tratando de material técnico e científico sobre cuja qualidade deverá ser ouvido o autor do pedido;
15. Manter organizado, e em dia, um fichário de material a seu cargo, do qual constem as entradas e saídas e o valor do material;
16. Fornecer, à Secretaria, um mapa periódico, circunstanciado, relativo ao material entrado e saído, com a indicação do dia e do laboratório, gabinete, ou dependência de destino dos artigos expedidos;
17. Comunicar, a quem de direito, em tempo oportuno, a conveniência da aquisição do material que deva existir em depósito;
18. Executar pequenos projetos dos professores, para fins didáticos ou de pesquisa, autorizados pelo Diretor, devendo, para isso, dispor, a Faculdade, de oficinas devidamente providas de material e pessoal habilitado.

**VI. Pelo Setor de Contadoria Seccional, que funcionará em estreita colaboração com a Contadoria Central da Universidade:**

1. Organizar a escrituração da Faculdade conforme a orientação da Contadoria Central da Universidade;
2. Manter, com pontualidade e ordem, a escrita relativa à arrecadação de taxas e de quaisquer outras fontes de renda;
3. Examinar, e processar, as contas de fornecimento;
4. Expedir as guias de pagamento de taxas escolares e outras, e de arrecadação, segundo os dispositivos regulamentares e instruções do Diretor;
5. Apresentar, mensalmente, ao Diretor, o balancete relativo ao movimento financeiro;
6. Fornecer, ao Diretor, em época oportuna, os elementos necessários à elaboração da proposta orçamentária, anual, da Faculdade, acompanhados de tabelas explicativas;
7. Escriturar os créditos adicionais e os extraordinários;
8. Preparar os documentos e atos, da natureza de seu serviço, que devam ser expedidos;

9. Apresentar, no fim do exercício, os balanços financeiro e patrimonial, e os quadros da execução orçamentária.

**Art. 203. Compete à Divisão de Ensino:**

**I. Pelo Setor de Expediente Escolar:**

1. Informar, e processar, os requerimentos de estudantes matriculados, e preparar a correspondência oficial e os atos a eles relativos;
2. Expedir os cartões de identidade escolar, ou cadernetas de alunos;
3. Processar os editais, avisos e convocações relativos às atividades escolares discentes;
4. Manter escriturado, em fichas ou livros, todo o serviço interno que lhe competir ou for atribuído de ordem superior.

**II. Pelo Setor de Planejamento e Estatística, turmas de Planejamento e Estatística:**

1. Organizar, com os elementos fornecidos pelos Departamentos, os horários de aulas, de provas e exames, de concurso de habilitação, de cursos extraordinários e conferências;
2. Coligir os programas de ensino em época própria, bem como os de cursos extraordinários, aulas públicas e conferências;
3. Auxiliar na elaboração dos planos, relatórios e estudos técnicos-administrativos de ensino;
4. Proceder aos levantamentos estatísticos determinados pelos órgãos da direção.

**III. Pelo Setor de Execução:**

1. Preparar os cadernos ou fichas de chamada e anotações de cada professor;
2. Prover a execução de trabalhos de pesquisa documentária referente ao ensino, solicitados pelos professores;
3. Apurar, mensalmente, pelo exame das cadernetas, fichas e mapas de aula, a frequência dos alunos;
4. Apurar, na época própria, os graus atribuídos aos alunos em trabalhos, provas e exames;
5. dar cumprimento aos planos, aprovados pelos órgãos de direção, para realização de provas, exames e concursos de habilitação, fornecendo, às comissões examinadoras, o pessoal e material necessários;
6. Lavrar as atas e levantar os mapas de execução dos diversos atos escolares;
7. Executar todos os trabalhos dactilográficos, taquigráficos e mimeográficos, de que for incumbido, de ordem superior, para atender as necessidades da administração e do corpo docente em seus desempenhos oficiais, notando tais trabalhos, para sua maior eficiência, ser efetuados pelos respectivos servidores, destacados, diretamente, a juízo do Diretor, junto a outros órgãos da administração.

**IV. Pelo Setor de Publicidade, Fotografia e Desenho, turmas de Publicidade, de Fotografia e Desenho:**

1. Auxiliar a publicação da Revista da Faculdade;
2. Auxiliar a publicação de trabalhos de ordem didática, cultural ou de divulgação, de iniciativa da Faculdade, autorizada pelo Diretor;
3. Fazer a revisão tipográfica dos trabalhos mandados publicar e acompanhar-lhes à impressão até o final;
4. Distribuir, por intermédio dos órgãos internos competentes, a parte das publicações a isso destinada, mantendo, em reserva, outra parte para eventual fornecimento, posterior, a juízo do Diretor ou do Secretário;

**Pelo Setor Fotografia e Desenho:**

5. Cuidar dos trabalhos fotográficos comuns, os de macro e micro-fotografia, os de cinematografia (filmação e projeção), diapositivos, micro-filmes, cópias fotostáticas, etc., a que for mandado proceder;
6. Realizar os trabalhos de desenho para a administração, e para os professores cujas cadeiras não disponham de aparelhagem e pessoal para esse fim.

**CAPÍTULO III**

**HORÁRIO**

Art. 204. O horário normal de expediente da Secretaria será das 11 às 17 horas, salvo em casos especiais, a juízo do Diretor e dentro do número de horas semanais de trabalho fixado para o serviço público.

**CAPÍTULO IV**

**ATRIBUIÇÕES DO PESSOAL**

**Art. 205. Ao Secretário da Faculdade compete:**

- I. Dirigir os serviços da Secretaria, auxiliando ao Diretor, na superintendência das atividades da Faculdade;
- II. Apresentar ao Diretor, para despacho, devidamente preparados, os papéis e processos;
- III. Preparar o noticiário oficial rotineiro da Faculdade, para o visto do Diretor, antes de ser enviado à publicidade;
- IV. Exercer a polícia administrativa, não somente no recinto da Secretaria, como, em geral, em todo o edifício da Faculdade e suas dependências, excetuados os recintos em que qualquer professor realize trabalhos didáticos ou de pesquisa, a não ser quando o mesmo lho solicite;
- V. Providenciar para o afastamento imediato dos elementos que, eventualmente, perturbem a ordem e o silêncio indispensáveis aos trabalhos administrativos e escolares;
- VI. Providenciar para que os papéis em trânsito na Faculdade, tenham rápido andamento;
- VII. Organizar os dados e elementos necessários aos relatórios do Diretor;
- VIII. Assinar, com o Diretor, os termos referentes a concursos e colação de grau, bem como os livros ou fórmulas de matrículas e inscrição em exame;
- IX. Comparecer às sessões da Congregação e do Conselho Departamental, cujas atas lavrará, para devida leitura e aprovação na mesma reunião, ou na seguinte;



- X. Prestar, nas sessões da Congregação e do Conselho Departamental, as informações que lhe forem solicitadas, para o que, o Diretor poderá conceder-lhe a palavra, quando julgar conveniente, não lhe sendo, entretanto, permitido participar das discussões, nem votações;
- XI. Assinar os diplomas de conclusão de cursos e certificados e encaminhá-los, pessoalmente, à assinatura do Diretor;
- XII. Indicar por escrito e justificar ao Diretor, para designação, o nome dos servidores que devam exercer função de chefe ou dirigente de serviço ou setor, ou na dispensa dos mesmos;
- XIII. Cumprir e fazer cumprir as determinações do Diretor;
- XIV. Entender-se com o Diretor, em objeto de serviço, ou no interesse dos funcionários administrativos;
- XV. Assinar as cadernetas de matrículas;
- XVI. Designar os zeladores, serventes e auxiliares outras da Administração para os Departamentos, Gabinetes e Laboratórios de acordo com os professores, ficando então, tais servidores subordinados diretamente, enquanto ali permanecerem, aos respectivos chefes ou professores catedráticos, que lhes apurará a frequência, remetendo-as ao chefe da Divisão de Administração até o dia 14 de cada mês, pela manhã;
- XVII. Requisitar, momentaneamente ou provisoriamente, em caso de necessidade absoluta, ou por falta ou impedimento eventual de outro servidor, para mister urgente, inadiável ou extraordinário, qualquer dos servidores subalternos;
- XVIII. Exercer as demais atribuições que lhe forem determinadas neste Regimento ou que decorrerem da própria competência dos órgãos da administração que lhe fiquem subordinados.
- § 1.º Todo o expediente da Secretaria deverá ser encaminhado ao Diretor, por intermédio do Secretário.
- § 2.º Os atos do Secretário ficam sob a imediata inspeção do Diretor.
- Art. 206. Compete aos Chefes da Divisão, além das atribuições que lhes forem determinadas neste Regimento, ou que promanam do funcionamento dos próprios órgãos sob sua responsabilidade:
- I. Propor, por escrito e justificando, ao Secretário, para o fim declarado no item n.º 12, do artigo anterior, o nome dos servidores que devam exercer função de dirigente e encarregado de setor, ou a dispensa dos mesmos;
  - II. Chefiar e orientar os serviços a seu cargo;
  - III. Distribuir serviço aos funcionários que lhes estejam subordinados;
  - IV. Fazer observar, da parte de seus subordinados, as normas de disciplina, ordem, respeito hierárquico e postura, bem como urbanidade, cortesia e solicitude para com o público e as partes que tenham legítimos interesses a tratar, tomando pessoalmente, quando de sua alçada, ou solicitando-as a quem de direito, as providências necessárias em caso de transgressão dessas normas, ou dos preceitos estabelecidos no Título IV, Sub-título III, Capítulo I deste Regimento. (Dos deveres e responsabilidades dos servidores).
  - V. Entender-se com o Secretário, em objeto de serviço ou no interesse dos funcionários sob sua responsabilidade;
  - VI. Fornecer ao Secretário, os dados e elementos para o fim dos números 3 e 7 do artigo anterior;
  - VII. Apresentar, mensalmente, ao Secretário um mapa das atividades a seu cargo;
  - VIII. Organizar a escala de férias de seus subordinados para aprovação superior;
  - IX. Visar todo o expediente do serviço.
- Art. 207. Compete, especificamente:
- a) ao chefe da Divisão de Administração:
    - 1) abrir e encerrar o ponto do pessoal administrativo;
    - 2) subscrever todas as certidões com força probatória, expedidas pela Faculdade;
    - 3) mandar executar os pedidos de material, despachados pelo Diretor;
  - b) ao chefe da Divisão de Ensino: visar os planos e relatórios dos trabalhos sob sua responsabilidade, antes de serem submetidos à autoridade superior.
- Art. 208. Compete aos dirigentes de setor, em geral, além do que lhes for determinado por aviso do Chefe do serviço respectivo, ou que decorra do exercício de suas próprias funções:
- I. Chefiar os trabalhos a cargo da turma;
  - II. Distribuir tarefas a seus subordinados, respondendo pelo fiel desempenho das mesmas;
  - III. Apresentar ao chefe do serviço, quando por esse determinado, um mapa das atividades da turma a seu cargo;
  - IV. Propor, por escrito, e justificando, ao chefe do serviço, a prorrogação, ou antecipação do expediente;
  - V. Opinar em todos os assuntos que, dizendo respeito a seu setor, devam ser resolvidos pela autoridade superior, e resolver quanto aos demais;
  - VI. Apresentar ao seu superior imediato, quando por ele solicitado, relatório escrito, sucinto, dos trabalhos realizados, com indicação das medidas e providências que a experiência aconselhar para a boa ordem e maior eficiência do serviço.
- Art. 209. Compete, especificamente, ao dirigente da Portaria (Porteiro):
- I. Cuidar de tudo quanto pertença à Faculdade e não esteja, por estipulação expressa deste Regimento, a cargo de outro funcionário;
  - II. Fiscalizar os ascensoristas, serventes, operários e auxiliares outros que lhe estejam subordinados, levando ao conhecimento do chefe do serviço respectivo ou do Secretário, qualquer transgressão cometida por aqueles servidores;
  - III. Fornecer ao pessoal encarregado da limpeza do prédio e dependências da Faculdade o material necessário;
  - IV. Comunicar ao chefe do serviço respectivo, ou ao Secretário, em tempo útil, quaisquer irregularidades ocorridas no recinto da Faculdade e suas dependências.
- Parágrafo único. O dirigente da Portaria terá um ajudante, designado pelo chefe da Divisão de Administração, que o substituirá em suas faltas e impedimentos.

Art. 210. Aos servidores, que não tiverem atribuições especificadas neste Regimento, cumpre executar os trabalhos, próprios de seus cargos ou funções, que lhes forem determinados pelos respectivos chefes, em avisos ou instruções de serviço.

Parágrafo único. O Secretário da Faculdade poderá ter, para seu serviço pessoal, um dactilógrafo, provido na mesma forma estabelecida no art. 155 para o secretário-dactilógrafo facultado ao Diretor.

## CAPÍTULO V

### SUBSTITUIÇÕES

Art. 211. O Secretário da Faculdade será substituído, em suas faltas e impedimentos, por um chefe de Divisão, designado pelo Diretor.

Art. 212. As demais substituições far-se-ão por designação do Secretário dentre os servidores das seções respectivas, obedecida a hierarquia funcional.

## TÍTULO VI

### Do Diretório Acadêmico e de outras Agremiações de Alunos

Art. 213. Os estudantes regularmente matriculados nos cursos da Faculdade deverão eleger um Diretório Acadêmico constituído de nove membros, no máximo, que será reconhecido pela Congregação, como órgão legítimo de representação, para todos os efeitos, do corpo discente da Faculdade.

§ 1.º A eleição aludida neste artigo deverá ser realizada em Assembleia Geral dos alunos, presidida pelo Presidente em exercício do Diretório Acadêmico cujo mandato expira.

§ 2.º Na eleição dos membros do Diretório Acadêmico serão respeitadas as seguintes exigências:

- a) somente poderão ser eleitos estudantes brasileiros, regularmente matriculados na totalidade das disciplinas da série;
- b) não poderá ser eleito estudante bi-repetente ou que haja sofrido penalidades disciplinares;
- c) somente poderão ser eleitores estudantes efetivamente matriculados.

§ 3.º O Diretório Acadêmico organizará comissões permanentes, constituídas ou não de membros a ela pertencentes, entre as quais deverão compreender as três seguintes:

- a) comissão de beneficência e previdência;
- b) comissão cultural;
- c) comissão social.

§ 4.º As atribuições do Diretório Acadêmico, e especialmente de cada uma de suas comissões, serão discriminadas no respectivo Estatuto o qual deverá ser previamente aprovado pela Congregação.

§ 5.º Caberá especialmente ao Diretório Acadêmico por intermédio de seus representantes a defesa dos interesses do corpo discente e de cada um dos estudantes em particular, perante os órgãos Técnicos e Administrativos da Faculdade: Congregação, Diretoria, Departamentos e Conselho Departamental.

§ 6.º As comissões permanentes a que se refere o parágrafo 3.º, poderão se estruturar em secretarias especializadas, departamentos, divisões, serviços, seções ou órgãos auxiliares de caráter permanente do Diretório ou do Centro Acadêmico.

Art. 214. O Diretório Acadêmico elegerá dois representantes seus para o Diretório Central de Estudantes.

Art. 215. Com o fim de estimular as atividades das associações dos estudantes, quer em obras de assistência material ou espiritual, quer em competições e exercícios esportivos, quer em comemorações e iniciativas de caráter social, reservar-se-á na elaboração do orçamento anual da Faculdade uma subvenção para o Diretório Acadêmico.

§ 1.º Os pedidos de numerário e de material, feitos pelo Diretório Acadêmico, obedecerão às normas gerais admitidas neste Regimento Interno para os serviços da Faculdade;

§ 2.º O Diretório Acadêmico apresentará à Congregação no termo de cada exercício, o respectivo balanço comprovando a aplicação da subvenção recebida, bem como da cota equivalente, com que tenha concorrido, sendo vedada a distribuição de qualquer parcela da nova subvenção antes da aprovação do emprego da subvenção anterior.

§ 3.º A subvenção de que trata este artigo independe daquela prevista no Decreto-lei n.º 8.271, de 3 de dezembro de 1945.

Art. 216. O Diretório que depois de advertido insistir na prática de atos infringentes do Estatuto da Universidade, deste Regimento, do Estatuto do Diretório e bem assim, o que não cumprir as decisões dos órgãos Universitários competentes, será dissolvido pelo Diretor, que convocará imediatamente novas eleições.

Art. 217. Além do Diretório Acadêmico poderão ser organizados centros, grêmios, associações ou clubes de alunos para fins cívicos e culturais de interesse dos discentes de determinado curso ou turma.

Parágrafo único. Os estatutos de cada um desses centros, grêmios, associações ou clubes, serão aprovados pelo Diretor, mediante parecer do Conselho Departamental.

Art. 218. O Diretório Acadêmico terá autonomia administrativa, disciplinar e financeira nos assuntos que dizem respeito exclusivamente ao corpo discente, respeitadas as disposições do seu Estatuto e deste Regimento.

Art. 219. Os estudantes regularmente matriculados nos cursos da Faculdade deverão congregarem-se em um Centro Acadêmico, estruturado nos seguintes órgãos:

- a) Assembleia Geral;
- b) Conselho de Representantes;
- c) Diretório Acadêmico.

§ 1.º É obrigatória a participação de todos os alunos no Centro Acadêmico.

§ 2.º Os estatutos do Diretório Acadêmico deverão reger também a Centro Acadêmico, não possuindo estatuto independente.

## TÍTULO VII

### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 220. As vantagens relativas a gratificações, diárias, licenças, concessões, disponibilidade, aposentadoria e outras, quanto ao pessoal docente, em geral, que pertencer ao funcionalismo público, são as previstas no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.

Parágrafo único. As vantagens indicadas no artigo serão extensivas ao pessoal extraordinário, no que lhe for aplicável.

Art. 221. A distribuição interna dos recursos financeiros para a aquisição de material e de elementos bibliográficos será feita cada ano pelo Diretor, ouvido o Conselho Departamental que levará em conta os planos de trabalhos estabelecidos e as necessidades demonstradas pelos respectivos Departamentos.

Parágrafo único. Tais planos e demonstrações serão elaborados pelos Departamentos em face das propostas fundamentadas dos respectivos catedráticos.

Art. 222. As insígnias e símbolos da Faculdade serão os seguintes:

- I. Para emblemas e timbres, uma coruja sobre dois livros superpostos;
- II. Para o anel de bacharéis e licenciados, uma ametista, podendo ser ladeada por dois brilhantes e no aro, gravadas, de um lado uma coruja e do outro uma chama;
- III. Para bacharéis e licenciados da Faculdade, em cerimônias universitárias a beca preta que for adotada pela Universidade, tendo como distintivo um pequeno bordado, na manga direita, representando uma coruja;
- IV. Para doutores, a mesma beca do item anterior, com duas palmas bordadas em semi-círculo, envolvendo, pela parte inferior o distintivo da coruja, na manga direita;
- V. Para professor catedrático a beca de doutor, com as características professorais que forem adotadas pela Universidade, sendo roxa a cor simbólica da Faculdade.

Parágrafo único. Os professores adjuntos, assistentes e instrutores terão na beca características que assinalem a condição comum de docentes e distintivos que indiquem a situação hierárquica, de acordo com o que for estabelecido pela Universidade, sendo roxa a cor simbólica da Faculdade.

Art. 223. A Faculdade manterá uma publicação periodicamente atualizada, com o título de "Digesto da Faculdade Nacional de Filosofia", para uso de professores e alunos, e que deverá conter os seguintes textos:

- a) Brevíssimo histórico da formação da Universidade do Brasil;
- b) Lei que organizou a Faculdade Nacional de Filosofia;
- c) Lei que concedeu autonomia à Universidade;
- d) Estatuto da Universidade do Brasil;
- e) Regimento Interno da Faculdade Nacional de Filosofia;
- f) alterações posteriores da lei e resoluções de caráter geral do Conselho Universitário, que interessarem à Faculdade.

Art. 224. A Faculdade manterá uma publicação periódica, editada ao menos duas vezes por ano, com o objetivo de divulgar o resultado de suas atividades de ensino, de pesquisa e de colaboração social, podendo ainda editar outras publicações periódicas ou obras avulsas, de caráter especializado, segundo os Departamentos.

Art. 225. O pessoal docente e administrativo deverá fazer constar o seu endereço na Secretaria da Faculdade, inclusive o endereço temporário, sempre que se verificar afastamento do Rio de Janeiro, durante as férias.

Art. 226. Este Regimento poderá ser modificado por proposta do Diretor, de qualquer dos Departamentos da Faculdade ou por iniciativa de dez ou mais professores catedráticos, devendo a alteração ser discutida e aprovada sucessivamente pela Congregação e pelo Conselho Universitário.

Art. 227. Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Conselho Universitário.

## TÍTULO VIII

### Disposições Transitórias

Art. 1.º Os atuais assistentes, portadores ou não de título de licenciado, ficam dispensados das exigências constantes nas alíneas I e II do art. 83 das disposições permanentes, podendo inscrever-se diretamente nas provas de habilitação à livre-docência.

Parágrafo único. Os atuais assistentes, não portadores do título de licenciado, que se tornarem professores adjuntos, nos termos do Estatuto da Universidade e deste Regimento, poderão inscrever-se em concurso para a cátedra respectiva, com dispensa da exigência constante na alínea I do § 1.º do art. 93 das disposições permanentes.

Art. 2.º Dentro de sessenta dias, a contar da data da designação de seu professor chefe, o Departamento de Educação elaborará um projeto de organização do Colégio de Aplicação, que funcionará anexo à Faculdade e terá como principal objetivo servir à parte prática do curso de Didática.

Art. 3.º Ao ser fundado o Colégio de Aplicação, este Regimento será acrescido de mais um Título que regulamentará o novo estabelecimento anexo.

Art. 4.º O provimento efetivo nas cadeiras ocupadas por catedráticos interinos, na data da aprovação deste Regimento, será feito por concurso de títulos e de provas, nos termos da legislação federal do ensino em vigor, em obediência ao art. 121 do Estatuto da Universidade (Decreto-lei n.º 21.321, de 18 de junho de 1946).

Parágrafo único. Encontram-se sem provimento efetivo, na data indicada no artigo, as seguintes cadeiras: Filosofia, História da Filosofia, Psicologia, Sociologia, Política, Complementos de Matemática, Análise Matemática e Superior, Mecânica Racional e Mecânica Celeste e Física Matemática, Física Teórica e Física Superior, Química Orgânica e Química Biológica, Físico-Química e Química Superior, Biologia Geral, Zoologia, Geografia Física, Geografia Humana, Geografia do Brasil, História da América, História do Brasil, Economia Política e História das Doutrinas Econômicas, Língua e Literatura Grega, Língua Portuguesa, Literatura Brasileira, Filologia Românica, Língua e Literatura Francesa, Língua e Literatura Italiana, Língua e Literatura Espanhola, Língua e Literatura Inglesa, Língua e Literatura Alemã, Literatura Portuguesa, História e Filosofia da Educação, Didática Geral e Especial, Literaturas Hispano-Americanas, Literatura Norte-Americana.

Art. 5.º Nos concursos para professor catedrático de que trata o art. 4.º cuja inscrição já tenha sido encerrada antes da data de aprovação deste Regimento, as provas e as condições de sua realização serão as constantes nos editais respectivos, publicados no Diário Oficial.

Art. 6.º Nos concursos para professor catedrático de que trata o art. 4.º e cuja inscrição venha a ser aberta depois da data de aprovação deste Regimento, as condições de realização e julgamento serão as prescritas na legislação federal do ensino e nas disposições deste Regimento.

Art. 7.º Nos concursos de que trata o artigo anterior serão condições de inscrição indispensáveis a qualquer candidato, em obediência



ao art. 51 do Decreto n.º 19.851, de 11 de abril de 1931 e à legislação geral sobre concurso para o funcionalismo público:

- I. Apresentar diploma de graduação em curso de ensino superior cujo currículo contenha a disciplina ou disciplinas correspondentes à cátedra vaga;
- II. Provar que é brasileiro nato ou naturalizado;
- III. Apresentar prova de sanidade e idoneidade moral;
- IV. Apresentar documentação de atividade profissional, científica, filosófica ou literária, relativa à disciplina ou disciplinas da cátedra vaga;
- V. Provar quitação do serviço militar.

§ 1.º A inscrição para concurso será aberta pelo prazo de seis meses.

§ 2.º O exercício como catedrático interino, por dois anos consecutivos na própria Faculdade, poderá suprir a exigência da alínea I deste artigo (Decreto-lei n.º 8.195, de 20 de novembro de 1945).

Art. 3.º Enquanto a Congregação da Faculdade não possuir um número de professores catedráticos efetivos igual ou superior a dois terços da totalidade de seus membros, tôdas as atribuições relativas a concurso para provimento nas cátedras serão entregues ao Conselho Universitário.

Aprovado pelo Conselho Universitário em sessão de 17 de agosto de 1946.